

GERALDO DE MARGELA FERNANDES
IDALINA FARIAS SOARES COSTA

A Seca no Nordeste

551.577.38(812/813)

F399s

1992 / Ex.01

F000107

BRASÍLIA — 1992

FARN

A Biblioteca da FARN,
atenciosamente,

Leadinatarianassoan Coste

Nossos agradecimentos ao Senador
GARIBALDI ALVES FILHO
pela impressão deste trabalho.

Os autores.

151A

(45A)

Handwritten text, possibly a signature or name, written diagonally across the page.

Handwritten text, possibly a date or reference number, located in the center of the page.

Handwritten text, possibly a name or title, located at the bottom left of the page.

FARN

A Seca no Nordeste

*Geraldo de Margela Fernandes
Idalina Farias Soares Costa*

BRASÍLIA — 1992

A Zeca no Nordeste

Caetano de Menezes Fernandes
Idalina Farias Gomes Costa

RB-17.273

FARN
BIBLIOTECA
Nº Reg. <u>F000108</u>
<u>19 05 04</u>

F
551.577.38(812/813)
F3991
1992
EX. 01

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	13
1 — PERCEPÇÃO HISTÓRICA DA PROBLEMÁTICA DA SECA	17
1.1 — A seca como fenômeno da natureza	17
1.2 — A seca como problema sócio-econômico	20
1.3 — A seca como questão política	22
2 — PROPOSTAS POLÍTICAS PARA O PROBLEMA DA SECA	26
2.1 — As políticas de açudagem	27
2.2 — As políticas de irrigação	28
2.3 — As políticas de drenagem dos vales úmidos	29
2.4 — Os meios de comunicação	32
2.5 — Reestruturação fundiária	33
2.6 — As políticas de incentivos e financiamentos, subsídios e industrialização	35
2.6.1 — As políticas de incentivos e financiamentos	36
2.6.2 — As políticas de subsídios e industrialização	37
2.7 — Planos e propostas	38
3 — A SECA, O HOMEM E O FLAGELO	41
3.1 — Condições de trabalho	41
3.2 — Condições de vida	43
4 — A INDÚSTRIA DA SECA	47
5 — O PROCESSO DE MIGRAÇÃO	52
5.1 — Políticas migratórias	54
5.2 — Fatores que contribuem para as migrações	56
6 — CONCLUSÕES	60

A EPOPEIA E SEU HERÓI

João Wilson Mendes Melo

Aquela forma literária que na poesia exalta os grandes feitos e os seus heróis, o gênero épico, que numa tradição em idioma português começa com os cânticos comonianos e no início da literatura brasileira teve alguns cultores, está devendo ao Nordeste do Brasil um poema que registre e exalte, naquele alto padrão universal, um drama — o do flagelo das secas — e uma vitória, a do camponês nordestino.

Não somente a conquista do Acre pelo homem do Nordeste “ainda espera o seu historiador”, como já havia notado Juvenal Lamartine, mas toda uma epopéia de que o episódio do Oeste é um componente e que foi, na expressão do político escritor “a mais desordenada e épica bandeira registrada até hoje”.

O fato que merece o cântico está na topografia da região, na sua história política, social e econômica e, mais que isso, na deficiência crônica da saúde e da instrução, no físico e na mente, na face e na palavra de homens que sofrem mas enfrentam a hostilidade de um clima e de um meio ambiente. Este cântico será a memorização de episódios dos mais relevantes na luta do homem, das “sombras que sofrem” e dos triunfos feitos de cor e de morte, num heroísmo exangue.

O drama das secas tem muito de bandeirismo, de retirada, de nativismo, de massacre, de traição, de reconhecimento e de exaltação. O palco em que se desenrola é um pouco semelhante ao chão dos mártires, à selva selvática, ao meio sombrio e tenso dos quilombos, ao sacrifício genocida dos tombadilhos negreiros, das senzalas com gemidos mas sem tambores e danças.

As mais fortes provações registradas pelos grupos humanos acontecem e passam, são catástrofes ilhadas no tempo e no espaço. As secas do Nordeste, por serem periódicas, são semelhantes à ação acelerada do tempo, aos embates e perpassar dos anos que “matam e dizem tanto, como as inundações e como as pestes”.

Sua importância, portanto, além dos efeitos maléficos, deve muito à repetição e à periodicidade. Sua história está nas páginas que deixaram alguns homens de sensibilidade e responsabilidade notáveis, que viveram e estudaram o fenômeno e deram o seu grito de alerta, de reivindicação, de protesto e que disseram, muitas vezes em vão, o que deveria ser feito com os recursos da inteligência e da técnica para que o homem sofresse menos. São páginas que não ultrapassaram os limites que deveriam ser bem mais largos, pelo que contêm de interesse humano, por abrangerem um tempo de três séculos um espaço e uma população que constituem um terço de uma nação e de um povo.

Toda essa história de um contingente humano que persiste em vencer hostilidades das mais diversas origens está nos depoimentos que ao longo de tantos anos foram documentados em artigos e discursos, projetos e leis, que as qualidades excepcionais de pesquisadores dos professores Geraldo de Margela Fernandes e Idalina Farias Soares Costa nos apresentam neste *A Seca no Nordeste — 1904/1958*. O objetivo maior do trabalho que estes dois cientistas sociais tão bem elaboraram é o de analisar as políticas implementadas pelos órgãos oficiais e as reivindicações dos homens mais fortemente motivados pelo grande problema.

Do seu conteúdo ressalta a constatação dos três aspectos do fenômeno das secas: fenômeno da natureza, problema sócio-econômico e problema político. Deram origem ao processo histórico de repercussões diretas na região e por via de consequência em toda a nacionalidade. Mas é verdade que sua solução requer uma ordem inversa, que deverá ser de problema político, problema sócio-econômico e problema de prevenção e convivência sem dor com um fenômeno natural.

Como ocorrência da natureza há hipóteses sobre suas causas, tudo redundando na escassez ou falta absoluta de água, determinada pela ausência de chuvas, sobretudo numa determinada região que se denominou de Polígono das Secas.

Para remediar tal situação, os estudiosos e os parlamentares se dividiam na ênfase dada ora à questão da água, ora à construção de infra-estrutura, principalmente estradas. Também questionavam a normalidade e moralidade na aplicação dos recursos e a manipulação política dos beneficiados. Surgiam idéias sobre reflorestamento, armazenamento de víveres e forragens, aproveitamento dos vales úmidos, irrigação e extração de minérios, bem como sobre a disparidade na técnica entre as regiões, desfavorável ao Nordeste, resultando em baixa produtividade e ausência de iniciativas industriais de vulto. E ainda sobre incentivos, subsídios, financiamentos, reestruturação fundiária, organização cooperativista, emigração que deveria ser evitada a não ser para outros locais do próprio Nordeste ou de cada Estado, como os vales úmidos, no estímulo à produção de gêneros de subsistência.

Na ênfase ao problema da água, a açudagem é o tema. Seu incremento é sempre iniciativa prioritária, muitas vezes associada à idéia de irriga-

ção, esta descurada no aspecto de sua execução. A literatura sobre a açudagem é imensa. Alguma divergência sobre se os açudes deveriam ser grandes ou pequenos. Estes últimos, mais fáceis e mais rápidos, além de menos dispendiosos, ideais na emergência, mas que são, nas palavras de Felipe Guerra, "como os maus amigos que nos abandonam nas horas de maior necessidade", alusão ao fato de secarem quando ainda o fenômeno está no auge dos seus malefícios.

No assunto da infra-estrutura, o capítulo das estradas domina as iniciativas e as ações, talvez pelo fato de se adaptarem mais à improvisação e satisfazerem mais facilmente a interesses políticos, beneficiando proprietários de influência maior.

Sobre a colonização dos vales, dizia-se que "os mesmos pertencem a particulares. É necessário entendimentos com estes". E a vontade do particular proprietário que seria incomodado prevalecia sobre o interesse coletivo. E mais. É de conhecimento generalizado que alguns proprietários de banguês aguardavam a ocorrência de seca para fazerem serviços de construção ou conservação nos respectivos engenhos, porque, diziam, nessa fase os serviços são mais baratos, pois os homens flagelados trabalham por um prato de comida.

A lembrança do flagelo estava e está sempre presente nos homens do campo, principalmente os sem terra, sem pão, sem a atenção merecida, dos que possuem apenas uma família muito grande e uma maior fé em Deus que invocam e invocam constantemente, com o gesto respeitoso de tirar o chapéu, pondo a cabeça à inclemência do sol e à clemência do mesmo Deus.

Ele não podia e não pode esquecer o sofrimento periódico que o expulsa da terra e às vezes da vida, em velórios sem velas, pouco chorados, porque as lágrimas também secam, e logo esquecidos, pois superpostos e substituídos pelos outros milhares que acontecem.

Os "flagelados" aparecem em todos os depoimentos ao lado de outras expressões como "estiagem", falta do "precioso líquido", falta de alimentos, saques ao comércio, migrantes, pau-de-arara e "ação humanitária e patriótica" para ressaltar a assistência precária e improvisada. Relativamente às migrações há uma referência à viagem de muitos "aos confins do Piauí". Nas medidas de emergência para aplicação de verbas, há alusão a coisas típicas ou atípicas, como a "construção de cadeias e igrejas" e a visível preocupação apenas com os efeitos do fenômeno, quase que exclusivamente.

Por outro lado, dos estudiosos e autores surgem inovações de vulto, notáveis para o seu tempo, como Joaquim Inácio de Carvalho Filho propondo uma verdadeira reforma agrária no vale do Açu, com a divisão de terras e entrega das glebas aos trabalhadores que a quisessem explorar. Também Juvenal Lamartine propondo o uso do álcool como combustível natural para baratear os transportes nas estradas da infra-estrutura desejada.

E Eloi de Sousa ressaltando a negatividade dos índices de analfabetismo na região.

Como ainda hoje, em parte, acontece, repousava-se muito na legislação. Votava-se uma lei, sancionada, publicada no *Diário Oficial*, comentada nos artigos de fundo dos jornais, no noticiário amplo, e adeus problema! As consciências tranqüilizavam-se, estava tudo resolvido. Quando muito, criava-se o órgão administrativo para cuidar do assunto. Então, tudo se burocratizava. Lutava-se pelos recursos difíceis e escassos.

O ciclo eleitoral mais forte que o ciclo climático; o eleitor antes do trabalhador rural, antes do migrante, antes do flagelado ou do pedinte e às vezes mais do que o pequeno proprietário de poucos eleitores.

E surge o triste capítulo dos desvios de recursos. A indústria das secas é uma indústria sem chaminés, sem honra e sem moral, que produz miséria e transforma quem era "antes de tudo um forte" em esquálidas lembranças de homens e em cadáveres secos. Seu capitães às vezes têm mandatos que traem, às vezes têm apenas a vocação da fraude e sempre a vontade de enriquecer. Ela é pior que alguns dos demais efeitos das secas. Mata mais do que o carcará, pois atinge bilhões de uma vez com um despacho, com um recibo falso, trazendo consigo a convivência de criminosos menores, menores na importância política ou social e nos ganhos da rapina.

Este o drama que está nos textos tão argutamente selecionados, para transmitirem uma história que envolve a natureza física e a natureza humana de uma região, com o resultado transparente e o mérito de denunciarem a iniquidade de poucos e o heroísmo de muitos, de multidões, em várias gerações que sofreram pacientemente.

Mas acontece que a força que essas multidões não exerceram está se acumulando nas gerações que começam a surgir e, mais instruídas, sabem que as soluções existem e sobretudo que lhe ensinaram erradamente que sua miséria era a vontade de Deus.

E se os efeitos de alguma construção, de modernização e da moralidade em alguns aspectos ainda hoje não chegaram aos homens é porque eles, "o homem todo e todos os homens" envolvidos, não foram, desumana e lamentavelmente, o objeto e o fim de toda a necessária ação.

Pesquisa sobre a problemática da seca
no Nordeste e especialmente no Rio
Grande do Norte, no período de 1904 a
1958.

Leitura, análise, interpretação e redação
do material pesquisado:

Geraldo de Margela Fernandes

Idalina Farias Soares Costa

Órgão financiador: Finep

Estadística sobre a população de-
se no Nordeste e especialmente no Rio
Grande do Norte no período de 1904 a
1933.

Letícia, mulher, falecimento e velório
do general português.

Genário de Azeite Fernandes
Isabelina Faria Soares Costa
Orestes Fernandes, fúne.

Técnicos do Centro de Pesquisas Juvenal Lamartine, da Fundação José Augusto, que colaboraram na coleta de dados para o Projeto Sociologia das Secas:

- 1 — *Aldo Gomes Mafra*
- 2 — *Auricéia Antunes de Lima*
- 3 — *Eriberto de Andrade Pessoa*
- 4 — *Esmeralda Maria Lira Carreras*
- 5 — *Heitor Lopes Varela Filho*
- 6 — *José Albano da Silveira*
- 7 — *Maria Augusta Gadelha*
- 8 — *Maria de Fátima Arruda*
- 9 — *Maria Marly Jacinto de Medeiros*
- 10 — *Rosane Braga Ponte*
- 11 — *Sérgio Cunha de Aragão Mendes*

Natal — RN, 23 de julho de 1987

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar as políticas implementadas pelo IFOCS e, posteriormente, pelo DNOCS, bem como as reivindicações das elites políticas, econômicas e intelectuais veiculadas pela imprensa escrita de Natal — RN, em 1904, 1915, 1919, 1932, 1942, 1951, 1953 e 1958, anos em que ocorreram grandes secas no Nordeste brasileiro ⁽¹⁾.

Não serão apresentadas nem analisadas as propostas políticas dos pequenos produtores, como os posseiros, os moeiros, os arrendatários e os trabalhadores, pelo fato destes não terem acesso aos meios de comunicação, como os jornais, para divulgarem suas reivindicações.

Embora os trabalhadores e pequenos produtores não tenham tido acesso à imprensa, as condições de vida e de trabalho destes serão conhecidas através do discurso dos políticos, das matérias jornalísticas e dos artigos de intelectuais preocupados com a questão social resultante dos períodos de estiagem.

O tema deste trabalho, já tão debatido e estudado, continua, no entanto, novo, presente, e inquietante. Precisa, portanto, ser investigado de modo crítico e numa perspectiva histórica, com o objetivo de compreender-se as mudanças e as transformações observadas no decorrer do período aqui analisado.

Aceita-se, neste estudo, a tese das transformações pelas quais passou o Nordeste; porém, compreende-se que estas transformações não foram suficientes para eliminar os obstáculos produzidos pelas secas e pelas estruturas sócio-econômico-políticas. Estas dificultam as mudanças necessárias a uma participação mais efetiva dos pequenos produtores e dos trabalhadores, maior parte da população nordestina, no poder político, econômico e cultural da região.

O semi-árido nordestino, ⁽²⁾ até aproximadamente o meado deste século, caracterizava-se pela inexistência de uma infra-estrutura econômica mínima, como estradas de rodagem e de ferro, serviços telegráficos, energia elétrica etc. que dificultava, por sua vez, o desenvolvimento de uma economia de mercado.

No que se refere à área social, ressentia-se a região de serviços de saúde pública — as vacinas preventivas não existiam, a água era escassa e aquela destinada ao consumo não recebia qualquer tratamento. Daí as conhecidas epidemias que dizimavam populações inteiras⁽³⁾.

A maioria do povo nordestino era analfabeta⁽⁴⁾. Não existia um sistema educacional eficiente que abrangesse as populações que viviam no interior do Nordeste. Além disto, acrescente-se a concentração fundiária da região e o domínio político exercido pelos “velhos coronéis”.

Todos os fatores que definiam um baixo nível de desenvolvimento sócio-econômico-político da região agravavam-se enormemente nos anos de seca.

As doenças e as mortes dos homens e animais pela fome e pela sede, a fuga dos Sertões calcinados e o abandono das roças e latifúndios são as consequências principais dos períodos em que se verificam as longas estiagens.

Para que houvesse mudanças nessas estruturas que mantinham o Nordeste em situação de verdadeiro atraso, as elites da região, pressionadas pela miséria em que vivia o povo e pelos prejuízos que sofriam nos períodos de seca, reivindicavam dos governos, especialmente Estadual e Federal, medidas que viessem integrar as regiões interioranas atrasadas aos centros mais desenvolvidos, representados especialmente pelas capitais. Assim, começam a ser implementadas as políticas hidráulicas — cujo objetivo precípua era armazenar águas; as políticas de comunicação — como a construção de rodovias, ferrovias e serviços telegráficos; as políticas de incentivos fiscais, de saúde e educação, entre outras.

Para atender aos propósitos deste trabalho, alguns pontos foram levantados para reflexão a partir da leitura do material disponível (jornais), a qual possibilitou a seguinte sistematização de análise: 1.º) A PERCEPÇÃO HISTÓRICA DA PROBLEMÁTICA DA SECA, onde se contempla o entendimento que as elites econômicas, políticas e intelectuais tinham a respeito deste fenômeno; 2.º) AS PROPOSTAS POLÍTICAS PARA O PROBLEMA DAS SECAS; 3.º) A SECA, O HOMEM E O FLAGELO; 4.º) A INDÚSTRIA DA SECA. Neste capítulo, serão analisadas as estratégias utilizadas pelas oligarquias dominantes para subtrair os recursos públicos e os meios destinados a atenuar o flagelo gerado pelas secas.

Finalmente, o 5.º capítulo versa sobre o PROCESSO DE MIGRAÇÃO.

As informações básicas aqui apresentadas resultam de uma pesquisa feita em 1984, pelo Instituto Juvenal Lamartine de Pesquisas Sociais — Fundação José Augusto, nos jornais *A República* e *Tribuna do Norte*, nos anos de grandes secas do período 1904/1958. As atividades de identificação, seleção e codificação do material foram realizadas por técnicos do citado órgão de pesquisa, que tinha como diretor o professor Itamar de

Souza. A leitura, a categorização e a análise do material, bem como seu relatório final, foram feitos pelos professores Geraldo Margela Fernandes e Idalina Farias Soares Costa, do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no período de setembro de 1984 a dezembro de 1985.

NOTAS

(1) A sistematização da assistência aos flagelados do Nordeste se iniciou em 1904, no Governo Rodrigues Alves, com a criação da *Comissão de Açudes e Irrigação*, com sede no Ceará; a *Comissão de Estudos de Obras Contra os Efeitos da Seca* e a *Comissão de Perfuração de Poços*, no Rio Grande do Norte. Antes, a assistência se fazia através da doação de gêneros alimentícios ou em serviços precários, como a construção de cadeias e igrejas.

Destes dois últimos órgãos, surgiu, em 1906, a *Superintendência de Estudos e Obras contra os Efeitos da Seca*, com sede no Ceará, quando se restaurou a *Comissão de Açudes e Irrigação*. Neste mesmo ano foi criada a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas — IFOCS, cujo objetivo era unificar a direção de todos os serviços na região sujeita às estiagens.

Outra lei de 1911 transformava a IFOCS em Inspetoria de Obras Contra as Secas — IOCS, com serviços permanentes e visando:

1º) à observação dos fenômenos meteorológicos, geográficos, topográficos e hidrológicos das zonas semi-áridas;

2º) à observação dos fenômenos meteorológicos, especialmente pluviométricos e medições diretas dos cursos d'água;

3º) à conservação e a reconstituição de florestas;

4º) às estradas de rodagem e de ferro, facilitando transportes e comunicações;

5º) à perfuração de poços tubulares ou artesianos;

6º) ao estudo de pequenos açudes particulares, devendo a União concorrer para sua multiplicação, com prêmio sobre metade do custo total;

7º) ao estudo e à construção direta, pela União, de açudes públicos;

8º) às barragens submersas;

9º) à drenagem dos vales alagadiços;

10º) a outros trabalhos, como piscicultura, hortos florestais etc.

Posteriormente, em 1915, 1916 e 1919, outras alterações veio a sofrer a lei regulamentadora do IOCS, data em que se restaurava a antiga denominação de IFOCS, que, em 1945, é transformado em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, no Governo Linhares, que se mantém até hoje.

O âmbito administrativo do DNOCS é bem mais restrito: as estradas passam para a órbita do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, que aplica o Fundo Rodoviário Nacional; as estradas de ferro passam para a órbita do Departamento Nacional de Estradas de Ferro e os portos para o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, desde sua organização, cabendo ao DNOCS propriamente as obras de açudagem, irri-

gação, poços e barragens, in: "O drama do Nordeste" — *Tribuna do Norte* — 8-3-1953, p. 4).

(2) A zona semi-árida do Nordeste brasileiro abrange uma área de 940 mil km², representando cerca de 75% da superfície total da região. A sua população é de, aproximadamente, 25 milhões de pessoas, incluída a capital cearense. O clima é quente e seco, com temperatura média acima de 26°C à sombra, com cerca de 3 mil horas, anualmente, de insolação. (Cf. COELHO, Jorge. *As secas do Nordeste e a indústria das secas* — Petrópolis, Vozes, 1985, p. 13).

(3) CARLOS GARCIA, em seu livro *O que é o Nordeste brasileiro*, diz que: "a grande seca de 77, no Nordeste, é tristemente lembrada. Foi a seca que maiores estragos causou até hoje. Calcula-se que, por causa dela, morreram cerca de 500 mil pessoas, a metade da população do semi-árido, na época. Estima-se que 150 mil morreram de inanição; 100 mil de febres, principalmente tifoide; 80 mil de varíola e 180 mil de fome, alimentação venenosa e sede". (São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 65.)

(4) ELOY DE SOUZA em seu livro *O Calvário das Secas*, publicado em 1ª edição em 1938, afirmava: "O analfabetismo naquela época alcançava coeficiente elevadíssimo". (p. 148 — coedição Cátedra (Rio de Janeiro), Instituto Nacional do Livro (Brasília) e Fundação José Augusto, Natal — RN, 1983.)

1 — PERCEPÇÃO HISTÓRICA DA PROBLEMÁTICA DA SECA

Este capítulo apresenta as principais concepções de seca veiculadas nos jornais pesquisados, nos quais a seca foi apreendida como fenômeno da natureza, como problema sócio-econômico e como problema político. O político, aqui, assume dois sentidos: o primeiro refere-se à administração dos meios (recursos) destinados a combater os efeitos das secas, e o segundo, às decisões políticas, às descontinuidades dos planos e trabalhos (obras) para reduzir esses efeitos.

1.1 — *A seca como fenômeno da natureza*

A seca, entendida como fenômeno natural por alguns estudiosos como Garibaldi Dantas e José Augusto, é descrita tendo como causa a ausência, a escassez, a má distribuição ou mesmo a irregularidade de chuvas.

Para esta concepção de seca, como se observa, a questão principal sintetiza-se na falta d'água e no seu uso irracional.

A escassez d'água e sua má distribuição eram um problema básico, embora não fossem excluídas influências de outras variáveis importantes, como a concentração fundiária, a precariedade dos meios de transportes, a estrutura de dominação corrupta etc., componentes de um quadro que tornava mais precária a sobrevivência dos pequenos produtores (meeiros, arrendatários, moradores e trabalhadores) nos tempos de seca que, periodicamente, penalizavam o Nordeste.

Encontram-se, a seguir, citações que mostram a seca como fenômeno da natureza:

“Volta agora a agravar-se a situação dos municípios sertanejos pela permanência dos fatores climáticos que, no corrente ano, estão a perturbar a nossa vida social e econômica. De todos os municípios da região assolada pela seca, chegam ao Senhor Interventor Federal clamores angustiosos através dos quais é possível compreender o terrível e desolador drama que devasta

grande parte do Estado, matando as suas fontes de riqueza, destroçando lares, levando para as cidades leves e mais leves de famintos." ("Agrava-se cada vez mais a crise climatérica no interior do Estado". *A República*, Natal — RN, s.a. 28-6-1919.)

"As secas são fenômenos climatéricos causados pela deficiência, pela irregularidade ou má distribuição das precipitações pluviométricas, que caem geralmente durante os meses de janeiro a junho, fenômenos que se vêm repetindo há séculos, com uma cadência, um ritmo tão impressionantes que fazem supô-los escravizados à fatalidade de leis físicas, ainda não conhecidas em suas minúcias, mas pelo menos pressentidas e observadas em seus aspectos mais gerais." (DANTAS, Garibaldi. *A República*, Natal — RN, 4-12-1919.)

"As principais medidas que têm sido e merecem ser consideradas pelo seu valor real, pela sua viabilidade entre nós, pela confirmação da sua necessidade, provada nos benefícios que as poucas existentes já vêm dando, são principalmente estas: a açudada, as barragens, os poços, a cultura científica e a reflorestação. As medidas acima citadas ligam-se diretamente ao problema da água, mas há outras sem as quais o mesmo problema não poderá ter uma finalidade completa e satisfatória, apesar de não terem relações com o conservamento da água do Nordeste: são a educação e os transportes." (DANTAS, Garibaldi. "O problema da água no Nordeste brasileiro". 6.º Congresso de Geografia. *A República*, Natal — RN, 15-12-1919, p. 1.)

"Para o Sr. José Augusto o problema das secas não consiste na ausência total das chuvas e sim na falta de chuvas regulares, o que impede que se complete o ciclo vegetativo. Somente o governo federal solucionará o problema, que pede uma conjugação dos esforços do governo federal, dos governos estaduais, dos governos municipais e da iniciativa privada para que o Nordeste se aparelhe com recursos capazes de oferecer-lhe capacidade de resistência às crises freqüentes. As terras da região são férteis e servem para o plantio de cereais, frutas etc. A pecuária também se desenvolve rapidamente pela ausência de pragas (...) As verbas destinadas às secas são enormes — adiantou. O Rio Grande do Norte, cujo território é tão pequeno que não possui representante na Comissão de Finanças da Câmara, obteve no atual orçamento uma verba de 149 milhões de cruzeiros. Essas verbas só terão utilização eficiente quando forem empregadas nos preciosos momentos com aquela conjugação de esforços a que me reporteí (...)

A verdade é que existem elementos que se aproveitam de horas de calamidades como essas que atravessam os nordestinos com o objetivo de influenciar o eleitorado. O Governo de-

veria recusar-se a nomear para postos chaves da luta contra as secas quaisquer elementos apoiados em indicações políticas.

É uma vergonha para o Brasil até hoje não haver solucionado um problema que outros países já resolveram há muito tempo e com maiores dificuldades do que as que enfrentamos.” (Urge acabar com a politicagem na seca. Conferência proferida por José Augusto Bezerra na Associação Comercial do Rio de Janeiro. *Tribuna do Norte*, 5-4-1953.)

“Os horrores da fome no Nordeste, originados da irregularidade e escassez dos invernos, não se atenuam com esmolas.

Em 1877, os abrigos a flagelados, criados em algumas localidades do interior do Estado mais aproximadas das entradas marítimas, de pouco valeram. Em Mossoró, por exemplo, ponto a que afluía maior número de retirantes, mormente dos Estados vizinhos, os resultados de semelhante providência foram sempre os mais ineficazes e contraproducentes. O infeliz habitante do alto Sertão que lograsse vencer longas caminhadas, às vezes superiores a cem léguas, para alcançar aquele centro de convergência de nosso litoral seco, a custo conseguia escapar ao contágio da varíola e de uma infinidade de outras moléstias agravadas pela aglomeração e falta de asseio. Os cadáveres eram supultados quase diariamente em profundos valados, com capacidade para 50 corpos. Por aí podemos avaliar o quanto subiu, em 1877, a mortalidade na cidade de Mossoró, o que em parte poderia ser evitado com reais vantagens ao próprio combate às secas, houvesse o então governo imperial empregado em serviços de utilidade pública as grandes somas dispendidas improdutivamente com esmolas.

Tudo isso nos leva a crer que em nossa cidade, onde os terríveis efeitos das estiagens antes se fazem sentir como um ligeiro reflexo da situação dolorosa em que se encontra o nosso interior a fundação de um abrigo, além de constituir uma ameaça à saúde de nossa população, multiplicaria, por muito, a corrente de famintos no nosso meio.

Seria preferível, como medida de emergência, que a nossa prefeitura, em cooperação com o Estado, procurasse, sem perda de tempo, construir uma estrada que, partindo das novas avenidas abertas pela Fiscalização do Porto, fosse contornando as dunas próximas à fortaleza dos Reis Magos, ligando-se à rodovia de Areia Preta (...) Com início imediato da estrada em apreço, prestaria a administração municipal um patriótico e humanitário benefício a inúmeras famílias que andam a esmolar pelas nossas ruas.

Os imprescindíveis trabalhos de aterro da lagoa do Jacob, como também os serviços, aliás já autorizados à diretoria da

Estrada de Ferro Central, de uma parte do cais à margem do Potengi, de pronto poderiam resolver o problema da fome entre nós, até que se regularizasse o inverno.” (*O Problema da fome. A República, Natal* — RN, s.a. 31-3-1932, p. 1.)

Na realidade, esta concepção que enfatiza a questão da água como característica fundamental da seca, sempre está a solicitar mais água, embora nunca se questione a quem ela vai servir, a que segmento social do Nordeste ela atenderá. As diferenciações sociais não são identificadas nessas propostas.

Observa-se, também, nas transcrições feitas nesta parte do trabalho, que a água aparece como um problema comum. No entanto, divergem os encaminhamentos das medidas, o que significa que um problema como a seca comporta soluções variadas. Se não, vejamos: em Garibaldi Dantas, evidenciam-se as propostas mais ligadas às transformações da natureza: a construção de açudes, barragens e poços e o reflorestamento. Já em José Augusto, destaca-se a preocupação com a moralidade no uso dos recursos públicos e com a manipulação dos flagelados pelos políticos ou seus prepostos.

Na última transcrição, as medidas evidenciadas direcionam-se para a construção de estradas e portos, vislumbrando, portanto, a criação de uma melhor infra-estrutura para o Nordeste.

No capítulo seguinte serão apresentadas as principais propostas para solucionar a problemática da seca, surgidas no período 1904/1958.

1.2 — *A seca como problema sócio-econômico*

Esta concepção de seca avança o entendimento de que a mesma tinha como causa exclusiva a falta de chuva e passa a localizar também nas estruturas econômicas e sociais os fatores responsáveis pela precária situação em que vivia a grande parte da população e pelo baixo nível de desenvolvimento da região nordestina.

O entendimento de que a seca não é pura ou principalmente falta de chuva já estava presente nas mensagens públicas governamentais de 1919.

O Presidente Epitácio Pessoa, naquele ano, em mensagem ao Congresso Nacional, assim se expressou sobre a seca:

“É um erro acreditar que no Nordeste do Brasil a freqüência das secas constitui o fato mais constante da sua face geográfica e meteorológica, crença em parte justificada pela violência impressionante do flagelo.” (Mensagem do Sr. Presidente da República ao Congresso Nacional. *A República*, 1919, Natal — RN, 4-10-1919.)

Já os Deputados Juvenal Lamartine, em 1919, e Aluízio Alves, em 1953, ao discutirem a problemática da seca no Nordeste, bem como a sua situação econômica, evidenciaram que esta questão deve ser compreendida como um problema econômico e social, a partir de uma perspectiva nacional ou mesmo internacional, assim afirmando:

“Não percamos mais tempo com discussões bizantinas. O combate aos efeitos das secas não é uma questão de interesse regional. Tem uma importância tão grande para o nosso País e o futuro da nossa raça que devia se constituir em preocupação de todos os homens de Estado, de fazer parte, como número um, dos serviços a realizar na alta administração do Brasil. Temos ainda a atentar para a integridade do nosso território que depende imediatamente das condições políticas e econômicas do Nordeste — elo de ligação entre o Sul, trabalhado por correntes de um anarquismo dissolvente, e o extremo Norte, região mais rica do mundo, naturalmente cobiçada pelas grandes nações ricas e imperialistas.” (LAMARTINE, Juvenal. Deputado. *A República*, Natal — RN, 31-8-1915.)

“Resistir, porém, com as nossas poucas forças à conjuntura econômica, resultante de fatores de ordem nacional e internacional, para nós é demais. Resistir à pressão da convivência de uma economia mais forte, baseada em próspera organização rural ou industrial, servida de crédito fácil e abundante, é encarnecer da nossa penúria. Resistir aos impactos periódicos de uma natureza hostil, sem a ajuda dos meios técnicos mais aconselhados, próprios para corrigi-la e domá-la, é humilhar nossa pobreza e nossa resignação.” (ALVES, Aluízio. Parte inicial do discurso proferido no dia 23-3-1953 e publicado na *Tribuna do Norte*, Natal — RN, 7-4-1953.)

Os dois depoimentos anteriormente apresentados levantam problemas relevantes, como a questão regional, aparecendo em Juvenal Lamartine como uma preocupação pela integridade nacional, em face da possível penetração de correntes ideológicas anarquistas e pela cobiça das nações imperialistas. Do mesmo modo, Aluízio Alves levanta esta questão, contrapondo a situação do Nordeste à conjuntura econômica nacional e internacional, evidenciando os privilégios destinados às organizações rurais ou industriais de outras regiões, em forma de crédito fácil, em detrimento de um Nordeste pobre e atrasado.

Por outro lado, o Ministro da Agricultura João Cleofas, o Deputado Federal Juvenal Lamartine e o Senhor Jovino dos Anjos enfatizaram que os problemas advindos das secas no Nordeste devem ser enfrentados a partir de uma nova mentalidade, ou seja, deve-se considerar os fatores sociais, a questão da acumulação, os meios de transporte, bem como os financiamentos, entre outros.

A seguir, o que eles afirmaram:

“O problema do Nordeste não é de chuvas, mas de dificuldade de comunicação. Enquanto o Sul está cortado por linhas férreas e rios navegáveis, o Nordeste tem extensas regiões completamente desservidas até de boas estradas de tropeiros. A estrutura econômica montada no Nordeste não possibilita que os agricultores, trabalhadores, mesmo no período de inverno, se capitalizem.” (LAMARTINE, Juvenal. *A República*, Natal — RN, 31-8-1915.)

“O problema das secas no Nordeste também é uma questão de armazenamento. Armazenamento d'água nos açudes, armazenamento de capim e forragens, armazenamento de cereais e de farinha. Uma outra providência de grande alcance para estimular a produção e possibilitar o armazenamento seria o crédito ao agricultor.” (ANJOS, Jovino dos. *Tribuna do Norte*, Natal — RN, 10-5-1953.)

“Encarece a necessidade de uma nova mentalidade na consideração do problema das secas, o qual deve ser retirado do estrito campo das obras de engenharia para o setor agrícola e pecuário e para o lado social. Analisa, então, o aproveitamento dos vales úmidos e as possibilidades de seu desenvolvimento agrícola e refere-se ainda à irrigação mecânica como um dos meios de tornar aproveitáveis extensas áreas. Também os recursos minerais do Nordeste poderão melhorar sua situação econômica de forma apreciável.” (CLEOFAS, João. Ministro da Agricultura. *Tribuna do Norte*, Natal — RN, 8-5-1953.)

Inferese, a partir da análise dos três depoimentos transcritos, uma política que estava definida para o Nordeste na divisão social do trabalho, ou seja, o Nordeste, neste período, deveria desenvolver-se através da produção de matérias-primas: alimentos, criação de gado, extração de minerais, além da construção de estradas para possibilitar a circulação da riqueza. Portanto, a irrigação mecânica, o aproveitamento dos vales úmidos, a concessão de crédito ao agricultor e a construção de rodovias e ferrovias eram as políticas defendidas, na época, pelos políticos, autoridades do Ministério da Agricultura e estudiosos do problema da seca.

1.3 — A seca como questão política

Como foi evidenciado na introdução deste capítulo, a seca se constitui também numa questão política. Não apenas no tocante à administração dos meios para implementar as medidas recomendadas, como também no que se refere à descontinuidade dos planos de trabalho destinados a reduzir os efeitos das estiagens sobre a população que vive no semi-árido do Nordeste, a falta de decisão para resolver os problemas daí resultantes.

Em relação ao problema administrativo dos recursos públicos destinados ao Nordeste nos períodos de seca, assim se manifestaram Dom Elizeu Mendes Simões, Bispo de Mossoró, e o Governador do Rio Grande do Norte, Dinarte Mariz:

“Já disse uma ocasião e posso repetir sempre: não é a seca que nos preocupa. Esta seca que anda nas manchetes dos jornais, quando os flagelados iniciam o abandono em massa do sertão, não nos causa medo, a nós que vivemos em plena seca. O que nós tememos, abaixo de Deus, é a falta de apoio, é a malversação dos recursos que por lei são destinados ao Nordeste. Dai-nos mais moto-bombas este ano, mais tratores para tirar da terra o que ela nunca nos negou, mais técnicos e recursos de manutenção e multiplicaremos por mil o número de famílias fixadas a este imenso sertão. E aqui construiremos nossa própria civilização e a seca será esquecida.” (MENDES, Elizeu. Bispo de Mossoró e Presidente do Plano de Valorização Econômica dos Vales Secos do Açu e Apodi. *Tribuna do Norte*, Natal — RN, 23-12-1958.)

“A seca vai se prolongando e os serviços do Governo Federal, pelos defeitos de sua organização, não atendem às necessidades dos flagelados nem deixam benefícios concretos à região onde estão sendo realizados. A crise está se agravando não somente pela falta de recursos de quantos vivem pela exploração da terra, como pelas dificuldades que atravessam as classes conservadoras, agora ameaçadas de pagar, embora indiretamente, os novos subsídios dos deputados estaduais. Se em Natal ainda circula algum dinheiro, no interior do Estado há somente fome, lamentação, desânimo. Os campos ressequidos, o gado se alimentando de xique-xique, as cidades e vilas inteiramente paralisadas em sua atividade comercial. Muitos fugindo para outras terras, principalmente para o Sul, onde vão aventurar o futuro, podendo encontrar trabalho e meio de subsistência, ou então, o desabrigo, a fome e até a impossibilidade de regressar aos lares natais.” (MARIZ, Dinarte. Governador. “A seca e sua repercussão no quadro sócio-econômico.” *Tribuna do Norte*, Natal — RN, 26-10-1958.)

Verifica-se, a partir do depoimento de Dom Elizeu Mendes, que a falta de apoio do Governo e os desvios dos recursos por ele destinados dificultavam às populações do Sertão a obtenção de moto-bombas e tratores que, aliados à técnica, fixariam o homem às suas terras.

Além do aspecto político dos desvios de verbas e da falta de apoio ao homem do campo já referidas, destaca-se, ainda, a atenção deste religioso para a agricultura, que a apontava como solução para os problemas do Nordeste.

Por outro lado, o Governador Dinarte Mariz reclamava da desorganização dos serviços prestados pelo Governo Federal, por ocasião das secas.

Denunciava, também, as deficiências deste e a falta de recursos, deixando entender que o Governo Central não priorizava as soluções apontadas para resolver o problema das secas, o que causava prejuízos não apenas ao homem do campo, como também aos comerciantes.

Quanto à descontinuidade dos planos de obras destinados ao Nordeste, é intensa a reclamação por parte dos estudiosos, políticos e comerciantes que a consideravam um dos grandes entraves às soluções propostas. Nesse sentido, os depoimentos do Senhor Felizardo Moura, Presidente da Associação Comercial do Rio Grande do Norte, e de outros, transcritos a seguir, demonstram a preocupação com as conseqüências advindas da interrupção na implantação dos planos governamentais destinados a combater e/ou minorar os efeitos das secas:

“Setenta e sete por cento da população nordestina destina-se à atividade rurícola. Por aí pode aquilatar-se a que altura vai o sofrimento desse povo, atentando-se em que sua renda *per capita* é a metade da renda geral brasileira calculada nesse índice e que a produtividade por pessoa é 27% mais baixa do que no resto do País.

Deveria estabelecer-se um plano que em qualquer ocasião pudesse evitar os impactos violentos das migrações humanas, provocadas pelas crises, a procura de alimentos e trabalho, numa desordem social, física e moral de cortar o coração.

As massas de flagelados constituem excelente caldo de cultura, no qual os agitadores e exploradores e irresponsáveis inoculam o germe da desordem e da subversão.” (MOURA, Felizardo. “Incentivo direto ao *nordestino* no combate ao flagelo da seca”. *A República*, Natal — RN, 6-5-1958.)

“Não é possível que o Nordeste permaneça indevidamente na condição de peso morto da economia nacional, quando já foi constatado por uma comissão de capitães da indústria paulista que o Rio Grande do Norte tem grandes possibilidades de uma rápida e definitiva recuperação econômica, sobretudo se conseguir desenvolver a indústria extrativa de minérios, até agora, lamentavelmente, sob o controle de forças alienígenas que eliminam o nosso mercado externo.

Por outro lado, enquanto outros Estados compreendidos no Polígono das Secas possuem razoável parque industrial, o Rio Grande do Norte, um dos maiores produtores de algodão, de sal e de agave e possuidor de diversos vales úmidos, nada pôde fazer no sentido de desenvolver sua indústria, exatamente porque a nossa agricultura, que deve fornecer a matéria-prima para a indústria, só tem recebido socorros de urgência em horas de crise.” (*A República*, Natal — RN, 30-4-1958. Em torno de um projeto. s.a.)

O presidente da Associação Comercial, como se observa, destaca os desníveis regionais, evidenciando as baixas rendas percebidas pelos nordestinos e os baixos índices de produtividade da Economia do Nordeste em relação ao restante do País. Para ele, só um plano de governo poderia provocar transformações econômicas e sociais que evitariam as migrações e a desordem social, física e moral, além da possível subversão da ordem.

Esta proposta fundamenta-se, possivelmente, nos interesses dos comerciantes e dos latifundiários (cf. capítulo 5.º sobre como manter na região essa força de trabalho, carreando para ela os recursos necessários para mantê-la e para construir uma infra-estrutura econômica). Por outro lado, a desordem social, física e moral, imagina-se, é motivo alegado para fortalecer reivindicações em favor do Nordeste.

O depoimento seguinte propõe a industrialização do Nordeste como uma saída para os problemas da região. Entretanto, faz-se presente a preocupação com a alienação dos recursos naturais da região, bem como com a perda do mercado externo.

O autor deixa claro que a promoção desta industrialização se daria pelo incentivo à produção de matérias-primas e que a seca dificultava essa produção. Daí, observar-se, na matéria, a reclamação sobre as medidas emergenciais, ficando perceptível, portanto, a necessidade de um efetivo planejamento para a região Nordeste.

O Senhor Renato de Alencar, comentando o relatório do Ministro da Viação, em 1951, observou que ao invés de fazer a apologia sobre o caráter do nordestino, elogiando a bravura dos sertanejos, o Senhor Ministro deveria envidar esforços no sentido de concluir as obras de açudagem iniciadas por Epiácio Pessoa e ainda estabelecer um sistema de irrigação e cooperativas, bancos agrícolas e distribuição de terras aos camponeses. Por outro lado, deveria eliminar o assalariado com diárias de esmolas para sustentar a filharada e recuperar o destruído em suas glebas calcinadas pelo sol e conclui: "enquanto só cuidarmos de paliativos e serviços de emergência, será impossível evitar espetáculos cíclicos como este a que assistimos atualmente". (ALENCAR, Renato de. "As secas no Nordeste brasileiro". *Tribuna do Norte*, Natal — RN, 19-8-1951.)

Como se pode inferir a partir das concepções expostas, as consequências advindas dos períodos de secas devem ser analisadas como resultantes de um processo histórico. Num dado momento, a explicação privilegia os aspectos naturais (climáticos), noutro, sobressaem as determinações econômico-sociais e, finalmente, identifica-se a compreensão do fenômeno da seca como uma questão política.

2 — PROPOSTAS POLÍTICAS PARA O PROBLEMA DA SECA

As propostas políticas de combate aos efeitos das secas, aqui expostas, não significam que tenham sido implementadas, guardam estreita vinculação com as concepções que as lideranças políticas, econômicas e intelectuais da região tinham a respeito da ocorrência do fenômeno da seca, em vários momentos da realidade nordestina. Nesse sentido, as primeiras medidas propostas inserem-se nas políticas hidráulicas e de reflorestamento. (*) Assim, a construção de açudes, poços, barragens e cisternas, ou seja, o armazenamento d'água e o seu uso racional, sem esquecer a irrigação, eram as medidas recomendadas por aqueles que entendiam a seca como a ausência ou a irregularidade de chuvas.

Ao lado das políticas hidráulicas e de reflorestamento, aparecem, insistentemente, nas solicitações das lideranças da região, a construção de rodovias, ferrovias e de linhas telegráficas. Nas leituras realizadas, foi constatado que os políticos, os comerciantes e os latifundiários reclamavam do isolamento a que estavam submetidos em relação a outras regiões e as enormes dificuldades de comunicação existentes entre o litoral e o interior. Pretendia a classe dominante regional, da época, que as mercadorias circulassem livremente, facilitando assim a ampliação e uma maior acumulação da riqueza material.

Outras propostas políticas são destacadas, como os subsídios, os incentivos e os financiamentos destinados, especialmente, à agricultura. A reestruturação fundiária e a industrialização regional, também, são recomendadas como meio de dinamizar e superar o atraso em que se situava o Nordeste.

(*) É importante lembrar que o período aqui analisado limita-se aos anos de seca que vão de 1904 a 1958. Não se pode desconhecer que desde o século XVIII são sugeridas medidas de combate às secas. (Cf. SOUZA, João Gonçalves de. *O Nordeste brasileiro: uma experiência de desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro, fev. 1979).

2.1 — As políticas de açudagem

A seguir serão apresentados alguns depoimentos que expressam os interesses, através das medidas sugeridas, das elites nordestinas; onde se sobressai o armazenamento d'água como essencial para amenizar os efeitos das secas:

“Em ligeiro trabalho que há alguns anos escrevemos, a pedido, para um Congresso Econômico, apresentamos as seguintes conclusões: 1.º) é urgente incrementar, por todos os meios possíveis, a açudagem, grande, média, pequena, na região seca do Estado; 2.º) urge evitar o despovoamento do Estado, o que será conseguido pela açudagem da região seca e pelo encaminhamento do trabalhador rural para a região úmida, Agreste do Estado, uma vez que nas secas a “retirada” ainda não pode ser evitada; 3.º) sendo o Agreste do Estado de produzir todos os gêneros de primeira necessidade, exigidos pelo consumo da população, indispensável é não só para a vida econômica do Estado, como também para a previdência contra as secas, incrementar e desenvolver a produção desta região.” (GUERRA, Felipe. “As secas.” *A República*, Natal — RN, 25-5-1932.)

“Não se trata de evitar as secas, o que seria certamente impossível; mas neutralizar os seus efeitos de modo absoluto. Isto se conseguirá com a açudagem e o transporte, em outras palavras, com a produção da riqueza e a sua circulação.” (LAMARTINE, Juvenal. *A República*, Natal — RN, 10-6-1919.)

Enfatiza, ainda, o Deputado Juvenal Lamartine o êxito absoluto alcançado pela pequena açudagem particular. Daí concluir que só as grandes barragens construídas diretamente pelo Governo e com a execução de um plano geral de irrigação dos vales úmidos se conseguirá a redenção da região.

Já o agrônomo Garibaldi Dantas afirma:

“As principais medidas que têm sido e merecem ser consideradas pelo seu valor real, pela sua viabilidade entre nós, pela confirmação de suas necessidades, provada nos benefícios que as poucas existentes já vêm dando, são principalmente estas: a açudagem, as barragens, os poços, a cultura científica e as florestas.

São os açudes, as vazantes, o algodão, os principais agentes que trabalham no sentido de prender o homem à terra.” (DANTAS, Garibaldi — agrônomo — 6.º Congresso de Geografia.” *“O problema da água no Nordeste brasileiro — Capítulo de uma memória sobre a geografia econômica do Rio Grande do Norte.”* *A República*, Natal — RN, 15-12-1919.)

“À medida que aumenta o número de açudes, barragens, poços tubulares e mais se dilatam pelos sertões afora as suas vias de comunicação, menos intensas se vão fazendo sentir as dolorosas conseqüências da ausência de chuvas.

Estamos na imensa trincheira da fome que vai do *hinterland* pernambucano aos confins do Piauí. O nosso dever é batalhar, sem desfalecimentos, pela conquista do precioso líquido, retendo-o por toda parte, armazenando-o nos pequenos e grandes açudes, fazendo de cada depressão um oásis para que possa o homem de amanhã encontrar o que beber e o que comer feitos da sede e da fome, do sacrifício e do esforço benfazejo das gerações que têm sabido lutar.” (“Na trincheira da fome”, s.a., *A República*, Natal — RN, 2-4-1932.)

Deve-se ressaltar, por último, o fato de que os interesses das lideranças políticas e dos intelectuais não divergiam das pretensões dos latifundiários; aqueles eram (ou são?) a expressão política destes.

As medidas recomendadas para combater as estiagens, no geral, vinculavam-se aos interesses econômicos dos grandes proprietários. Deste modo, as políticas hidráulicas implementadas pelo IFOCS, IOCS e, posteriormente, pelo DNOCS, no Nordeste, no decorrer do período aqui estudado (1904/1958), vieram reforçar e não transformar o sistema de dominação oligárquico vigente na região. A construção de um açude, de um poço, de uma barragem, não estava fora do domínio político-econômico dos agentes locais.

2.2 — As políticas de irrigação

Ao lado das proposta de armazenamento d'água, surgem as políticas de irrigação das terras próximas aos açudes e da drenagem dos vales úmidos. Dois fatores destacam-se como justificativas apresentadas por estudiosos, políticos e proprietários para que o Governo investisse no processo de irrigação e na drenagem dos vales úmidos: *a)* o assentamento dos flagelados nas terras a serem irrigadas; *b)* a produção de alimentos de subsistência.

Expõem-se a seguir alguns depoimentos sobre os planos de irrigação das terras adjacentes aos açudes:

“Adotada a irrigação permanente, o lavrador plantará e colherá durante o ano inteiro, variando as culturas, algumas das quais poderão se renovar duas ou três vezes, com resultados seguros (...)A irrigação removerá este mal (a morte pela fome de 1877), que pela sua gravidade e constância tem retardado o curso da vida nos estados do Nordeste.” (PESSOA, Epitácio.

"O problema do Nordeste". Mensagem ao Congresso Nacional, A República, Natal — RN, 4-10-1919.)

Em matéria publicada no jornal *A República*, de 4-3-1942, após ser retratada a situação em que vivem os flagelados do Nordeste, aparece a proposta de que "todos os arredores dos açudes sertanejos às margens dos rios, as vazantes do litoral, os baixios e os lugares úmidos precisam ser aproveitados para a cultura do milho, do feijão, do fumo, da batata e do inhame.

Não podemos, não devemos desanimar ante o terror da seca". ("A ameaça da seca").

Tratando da mesma temática, o Deputado Federal Aluísio Alves informa que em 44 anos foram gastos dois bilhões de cruzeiros para, ao final, temos apenas dois mil hectares irrigados de um programa que devia contar com 200 mil hectares.

"Deixando sem solução o problema da terra dos açudes, pela inexistência de uma lei de irrigação, que permita a desapropriação ou outras medidas capazes de evitar que grandes proprietários tornem inútil esse trabalho inicial de valorização do solo. Não se faz isto deixando que a terra se coma pela erosão ou se suicide pelo esgotamento e pelo cansaço. Não se faz isso recusando ao homem nordestino as mínimos condições de vida, transformando-o de 10 em 10 anos em pedinte desgraçado em face da caridade nacional." (ALVES, Aluísio. "O drama da seca", discurso pronunciado na Câmara Federal, sessão de 25-3-1953, e publicado em *Tribuna do Norte*, Natal — RN, 19-4-1953.)

No mesmo pronunciamento, o Deputado Aluísio Alves informa que a irrigação no Nordeste não teve qualquer desenvolvimento, sendo irrigados de 1909 a 1953, apenas dois mil hectares de terra que não chegam a significar contribuição importante para recuperar a agricultura e as terras do Nordeste.

2.3 — As políticas de drenagem dos vales úmidos

Já no que se refere à drenagem dos vales úmidos, temos os seguintes depoimentos, onde aparece, com bastante insistência, a argumentação de que esses vales seriam o celeiro produtor de alimentos de primeira necessidade, essenciais à reprodução das populações famintas do Sertão e serviriam, igualmente, para assentar os trabalhadores que fugiam, nos períodos de seca, das zonas flageladas.

"Como complementação das obras de socorro à população do interior, é preciso atacar as obras de drenagem dos vales úmidos do litoral, a fim de serem utilizadas suas terras com o plantio de gêneros de primeira necessidade, povoando-os ao mesmo tempo com trabalhadores sertanejos." (LAMARTINE, Juvenal. "Amparo aos nordestinos." *Tribuna do Nordeste*, Natal — RN, 14-3-1953.)

“O aproveitamento das terras encharcadas do nosso Estado, que se estendem por inúmeros e ubertosos vales úmidos, é um velho problema, preocupação de sucessivas administrações e que, infelizmente, continua ainda hoje insolúvel, com prejuízos sensíveis para o maior desenvolvimento das nossas fontes produtoras.

O governo do Estado tem constantemente voltado suas vistas para este assunto, determinando as medidas ao alcance de nossas possibilidades, tais como a desobstrução dos rios na época oportuna a fim de que as terras possam ser utilizadas. Esses trabalhos, entretanto, não têm caráter permanente e a sua renovação acarreta ainda maiores dificuldades.

Agora, finalmente, o Governo Federal, por intermédio do DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento), vai iniciar grandes trabalhos em nosso Estado, no sentido de sanear definitivamente os nossos vales úmidos”. (MENEZES, Camilo de. O saneamento dos vales úmidos do Rio Grande do Norte. *Tribuna do Norte*, Natal — RN, 12-11-1942.)

Em entrevista ao jornal *A República*, o diretor do Departamento de Agricultura, Viação e Obras Públicas — DVOP, relatando as atividades deste órgão, informa:

“Entre os problemas que lhe estão afetos ultimamente, relacionam-se à abertura e drenagem dos vales de Capió, Ceará-Mirim e Extremós, realizações que poderão evitar, no futuro, o êxodo das nossas populações flageladas, quando assolados pela inclemência de um estio rigoroso, proporcionando ao Estado abundante fonte de abastecimento (...) O problema do saneamento dos vales úmidos, no momento que atravessamos, é um empreendimento cuja solução viria resolver não somente o êxodo das populações sertanejas, no caso de seca, fixando-as no Agreste úmido, mas, também, prover a capital e outros municípios do interior de uma fonte de gêneros alimentícios.” (“A campanha dos vales úmidos”. *A República*, Natal — RN, 31-5-1942.)

O Sr. Nizário Gurgel propõe a ocupação, pelos flagelados, dos vales úmidos do Rio Grande do Norte, como:

“Pitimbu, Catu, Estrela, margeando a “Great-western”, Ceará-Mirim e Maxaranguape, próximos à Estrada de Ferro Central, Golandim, Lagoa de Boa Sica, Vale do Punaú, em Touros, são vales fertilíssimos, há muito anos sem nenhuma industrialização, nos quais, com uma drenagem necessária e proveitosa, as águas desceriam rapidamente, oferecendo ótimas áreas para o plantio de milho, feijão, trigo, arroz, batata, melão, melancia e o clássico jerimum.” (GURGEL, Niziário. “As medidas urgentes em socorro dos flagelados”. *A República*, Natal — RN, 15-5-1932.)

Na mesma perspectiva, o industrial Francisco Solon encaminhou memorial ao Senhor Bertino Dutra, Interventor Federal neste Estado, sugerindo o aproveitamento de vales úmidos do Agreste para assentamento de flagelados:

“A idéia é ser atacada a desobstrução do rio Catu, por conter um dos maiores vales, e um dos mais apropriados para grande nucleamento de flagelados. Este vale oferece vantagens diversas, de maneira a permitir o imediato aproveitamento sob vários aspectos, principalmente sob o econômico. Pois é um vale que se prolonga bastante, tendo bacia bem ampla de terras ubérrimas e margens bastante elevadas, onde poderão ser construídas habitações para flagelados e necessitados das caatingas, dispondo-os em pequenos núcleos.” (SOLON, Francisco. “*Pelo aproveitamento do Agreste*”. *A República*, Natal — RN, 2-7-1932.)

O Deputado Aluísio Alves, em 1953, faz uma rápida apreciação sobre os vales úmidos do Estado e seu aproveitamento:

“O Estado do Rio Grande do Norte tem mais de vinte vales úmidos, cuja queda pluviométrica varia de 1.600 a 1.800 milímetros anualmente, vales fertilíssimos para a produção contínua de cereais, de cana-de-açúcar etc. Pois bem, 26.000 ha dessas terras estão saneados, pelo Departamento Nacional de Saneamento, e mais de 16.000 ha inteiramente disponíveis para o cultivo imediato. No vale seco do Açu, com água a quatro metros do subsolo, temos, disponíveis para o trabalho agrícola, 18.000 ha. E até hoje esses vales continuam abandonados, mercê de planos de emergência que não se efetivam, e somente eles estariam em condições de abastecer amplamente o Estado e outras regiões do Nordeste.” (ALVES, Aluísio. “O drama do Nordeste”. Discurso pronunciado na Câmara Federal, sessão de 25-3-1953. Natal — RN, *Tribuna do Norte*, 18-4-1953.)

O que se constata, ainda hoje, a partir dos estudos produzidos sobre este assunto, é o fato de que não houve desapropriação e irrigação das terras próximas (ver capítulo sobre indústria da seca) aos açudes. Consequentemente, os flagelados não foram assentados nestes locais e nem tampouco verificou-se a esperada produção de alimentos de subsistência que seriam destinados às populações atingidas pelo flagelo da seca. O mesmo ocorreu com os vales úmidos do Rio Grande do Norte que, embora tenham sido drenados, não foram destinados à produção de alimentos, e sim à produção de cana-de-açúcar. Também os flagelados não foram assentados.

Os flagelados, no Nordeste, serviram, quase sempre, para justificar a implantação de projetos que, no final, não lhe trazem maiores benefícios. Estes revertem-se sempre para os proprietários, para os detentores do poder econômico-político regional.

2.4 — Os meios de comunicação

Os meios de comunicação, isto é, as rodovias, as ferrovias e as linhas telegráficas, eram consideradas por estudiosos da seca, por políticos e por comerciantes como indispensáveis para retirar as regiões interioranas do isolamento em que viviam e para combater os efeitos das secas.

A construção das estradas, além de amparar os flagelados em períodos de estiagem, se constituía em pré-requisito para a realização de outras obras de infra-estrutura essenciais à evolução econômica da região, como os açudes, por exemplo.

O Dr. Juvenal Lamartine já vislumbrava como saída para o problema das secas no Nordeste a construção de estradas para automóveis. Esta solução, segundo ele, seria tanto mais eficaz se esses automóveis usassem o álcool como combustível natural, em substituição à gasolina, que era importada. (Cf. LAMARTINE, Juvenal. "O problema das secas". *A República*, Natal — RN, 10-6-1919.)

Constituía-se ainda em preocupação do Deputado Juvenal Lamartine o isolamento em que viviam as comunidades interioranas, devido à ausência de estradas. Afirmava ele: "Chegaram até nossos dias notícias de cenas dantescas passadas no interior, famílias inteiras pereceram à fome, com os bahús (sic) atestados de dinheiro em prata e ouro porque lhes fora vedado o acesso ao litoral, pela impossibilidade absoluta de transporte".

Na mesma perspectiva, o Dr. Cristovam Dantas "propõe como solução para o problema do Nordeste a construção de boas estradas de ferro e rodovias, bem como a substituição do carro de boi pelo automóvel". (DANTAS, Cristovam. "O problema da água no Nordeste brasileiro". 6.º Congresso de Geografia. Transcrito em *A República*, Natal — RN, 17-12-1919.)

Já o Sr. Garibaldi Dantas alertava para a importância das estradas, afirmando ser impossível a construção de grandes açudes no interior, pela inexistência de estradas para o transporte do cimento, indispensável à alvenaria. Este até então era transportado em costas de animais. (DANTAS, Garibaldi. "O problema da água no Nordeste brasileiro". 6.º Congresso de Geografia. Transcrito em *A República*, Natal — RN, 17-12-1919.)

Também as lideranças dos municípios do interior posicionavam-se favoráveis à construção de estradas, conforme as informações a seguir:

"Os habitantes de Martins aplaudem a ação humanitária e patriótica do Desembargador Ferreira Chaves quando, entre outras medidas, manda construir a estrada de ferro de Mossoró e a continuação da estrada de automóvel do Seridó a Martins." (Telegrama recebido de Martins. *A República*, Natal — RN, 26-7-1919.)

"Já procedentes de Macaíba, Santa Cruz e Macau, chegaram reivindicações para a construção da estrada do Seridó, no trecho

entre Santa Cruz e Currais Novos; construção da estrada de ferro Lajes—Macau e construção de rodovias em Santa Cruz.” (Telegramas datados de 9-4-1919, 3-4-1919 e 24-4-1919. *A República*, Natal — RN.)

Em 1942, o Governo Federal, preocupado com a construção de rodovias e com o objetivo de dar trabalho aos flagelados, autorizou a construção da estrada Natal a João Pessoa e o alargamento da barra do porto de Natal. (*A República*, Natal — RN, 17-4-1942.)

2.5 — Reestruturação fundiária

Como já ficou evidenciado em outras passagens deste trabalho, os planos e as propostas destinados ao Nordeste não tiveram a orientação de promover as mudanças e as transformações estruturais essenciais a uma maior participação da população nordestina nas decisões políticas e nos bens econômico-culturais produzidos na região. Ao contrário, as políticas que foram implementadas objetivavam reforçar, adaptar, modernizar e manter os interesses dos grandes proprietários rurais e de seus legítimos representantes, os políticos.

Nesse sentido, as propostas que apontavam para alguma mudança, como a desapropriação e a colonização dos vales úmidos e das terras próximas aos açudes públicos, com o objetivo de assentar os flagelados provenientes das regiões secas, a reforma agrária e a divisão de terras entre os trabalhadores no Nordeste, não obtiveram sucesso. Ainda hoje, 1987, está na ordem do dia o debate sobre a reforma fundiária na região, não se sabendo se desta vez se conseguirá algum resultado concreto.

Expõem-se, a seguir, alguns depoimentos que esclarecem as contradições suscitadas por esta questão:

“A colonização dos vales úmidos seria da máxima importância para a economia geral do Estado. É preciso encarar com realismo a ocupação desses vales. Os mesmos pertencem a particulares. É necessário entendimento com estes. Os rios estão entupidos, é urgente desobstruí-los.

Os vales, as valetas, as levadas, já desapareceram. Devem ser novamente construídos para encaminhar as águas.

Os vales apresentam focos de mosquitos, portadores de febre, de empaludismo. É indispensável encará-los.

Os terrenos acham-se cobertos de vegetação daninha. Não é possível plantá-las sem destruí-la.

Não há abrigos para os que se determinarem à cultura dos vales. Têm de ser construídos.

Não há pontos de abastecimento para os que se localizarem mais afastados dos povoados. Convém estabelecer este abastecimento.” (GUERRA, Felipe. “As secas”. *A República*, Natal — RN, 1.º-6-1932.)

Em 1953, o Ministro da Justiça, Sr. Negrão de Lima, encaminhou projeto à Presidência da República sobre a desapropriação das terras do Nordeste, próximas aos açudes. (Cf. “*Terras para os flagelados*”. *Tribuna do Norte*, Natal — RN, 1.º-5-1953.)

Em junho de 1985, por ocasião do debate promovido pela Sudene sobre a elaboração do Primeiro Plano de Desenvolvimento para o Nordeste, Natal — RN, a Fetarn, através de seus diretores, reivindicou esta medida, ou seja, a desapropriação das terras próximas aos açudes públicos e entrega das mesmas aos trabalhadores (*).

Os agrônomos do DNOCS, em 1953, propuseram a desapropriação das bacias no Polígono das Secas. Segundo eles, “a terra das bacias deveriam ser reservadas ao domínio público, com exploração em regime permanente de arrendamento”. (“*Estudos, medidas e sugestões de combate às secas*”. *Tribuna do Norte*, Natal — RN, 4-1-1953.)

Não faltou, inclusive, a elaboração das normas de colonização:

“As normas de colonização do Polígono das Secas foram estabelecidas em projeto de lei na Câmara Federal. Tem 34 artigos e visa à recuperação econômica das zonas atingidas pelos efeitos da chamada seca do Nordeste. Caberá ao Poder Executivo promover a colonização agrícola intensiva das áreas irrigáveis nos termos da lei elaborada, tendo em vista, principalmente, a produção de gêneros de subsistência.” (Instituto da Região Seca e Caixa de Colonização do Nordeste. *Tribuna do Norte*, Natal — RN, 12-1-1958).

Em relação às propostas de reforma agrária, o Senhor Araújo Neto, em artigo publicado no jornal *Tribuna do Norte*, informa que durante quatro horas, na cidade de São Gonçalo — PB, estudiosos do Nordeste travaram discussões com os nordestinos, homens de fala braba, sobre as hipóteses de uma reforma agrária, concluindo, ao final, como esta deveria concretizar-se:

“Uma reforma agrária para o Nordeste, específica, condizente com as nossas necessidades e problemas, pretende ser e obter a retenção do homem agricultor ao seu solo, ao seu campo. Possibilitar-lhe meios e providências que possam permitir e executar a ação do homem no cultivo do seu solo. Deve-se procurar ligá-lo

(*) ANTÔNIO CALADO, em seu livro *A indústria da seca*, analisa, com profundidade, as propostas do Governo no tocante à irrigação e à reação dos políticos nordestinos em relação a essas propostas.

sempre à sua terra, infalivelmente ao seu solo (...) Por que não se executar essa obra de amparo da ciência para a sociedade?" (ARAÚJO NETO. *"Código de Solos do Nordeste"*. *Tribuna do Norte*, Natal — RN, 22-5-1951.)

O jornalista Barbosa Lima Sobrinho informa que não se chega a sentir a utilidade dos grandes açudes construídos, sem uma política de irrigação e distribuição de terras.

"A influência do grande açude é quase nenhuma, se não se completa com sistema de irrigação e de divisão de terras. Mas, aqui intervém de todo o interesse que eu classificarei de eleitoral. Há um trabalho enorme para obter a construção dos açudes, pois que isso representa benefícios gerais com as dotações empregadas, o material adquirido, em parte na própria região, o salário dos trabalhadores, o afluxo do pessoal contratado. Terminado o açude, volta-se o trabalho político para outras iniciativas, passa-se a reivindicar outros açudes, embora nada ou quase nada represente para a economia um grande açude sem irrigação e sem divisão de terras. Ora, a divisão de terras exigiria um plano de desapropriação das propriedades ajuzantes do açude, e daí não se poderia esperar senão descontentamentos e protestos, enquanto a construção de açudes provoca somente louvores e agradecimentos." (BARBOSA LIMA SOBRINHO. *"Desespero dos Nordestinos"*. *Tribuna do Norte*, Natal — RN, 15-4-1953.)

2.6 — Políticas de incentivos e financiamentos, subsídios e industrialização

Após décadas de propostas e de planos destinados a arrancar do atraso e do subdesenvolvimento o meio rural do Nordeste, surge, a partir da década de 50, políticas orientadas, mais especificamente, para as atividades financeiras, com a criação do BNB (Banco do Nordeste do Brasil), para a produção de energia elétrica, com a construção da hidroeletétrica de São Francisco e para o desenvolvimento do setor industrial.

A década de 50 é o momento em que a economia brasileira intensifica sua política de industrialização, abrindo seu mercado para o grande capital internacional e direcionando as políticas estatais no sentido de implantar as primeiras indústrias ligadas ao setor de bens de consumo duráveis.

O Nordeste não poderia fugir à dinâmica do capitalismo que se expandia no Brasil, passando as elites dirigentes a proporem, também, seus planos de industrialização, culminando, em 1959, com a criação da

SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) (*). Esta definição como ponto prioritário de sua atuação desenvolver a região Nordeste através da implantação de um moderno parque industrial. (**)

2.6.1 — Políticas de incentivos e financiamentos

O Deputado Federal Aluísio Alves, em 1951, apresenta à Comissão de Finanças da Câmara Federal um pedido de moratória especial para os pecuaristas do Nordeste:

“O Projeto Aluísio Alves, concedendo moratória especial aos pecuaristas nos estados assolados pela seca, que tem tramitação de urgência, foi hoje aprovado na Comissão de Finanças da Câmara.

O artigo 1.º do projeto estabelece — fica suspenso, nos anos de 1951 e 1952, o pagamento ao Banco do Brasil das prestações a que estão obrigados os pecuaristas (...) nos municípios compreendidos no Polígono da Seca.” (ALVES, Aluísio. “Moratória especial”. Natal, em *Tribuna do Norte*, 19-5-1951.)

Em 1959, novamente o Deputado Aluísio Alves apresenta projeto à Câmara criando crédito de emergência. “O projeto objetivava financiar pequenos e médios agricultores e criadores da zona atingida pelo flagelo das secas, em caráter de urgência”. (Natal — RN, *Tribuna do Norte*, 18-11-1958.)

O Senhor Aristóфанes Fernandes diz que o Projeto Aluísio Alves, de concessão de crédito a juros módicos e a prazos longos, se constituirá “sem sombra de dúvida numa verdadeira revolução econômica (grifo nosso), e poderá ser o marco de redenção do Nordeste, que há quatro séculos vem sobrevivendo, com sacrifício sem conta, ao abandono dos poderes públicos federais”. (Natal — RN, *Tribuna do Norte*, 21-11-1958.)

Em pronunciamento na Câmara Federal, o Deputado Aluísio Alves elogia o Ministério da Agricultura, na gestão João Cleofas, quando o agricultor nordestino podia comprar máquinas agrícolas, sementes escolhidas, a prazo e a preços reduzidos, e começou a receber assistência do Banco do Brasil, por intermédio da Carteira Agrícola. Iniciou-se, a seguir, também, uma articulação com as cooperativas do interior, no sentido de proporcionar meios de financiamentos aos pequenos produtores. (Cf. ALVES, Aluísio. “O drama do Nordeste”. Natal — RN, *Tribuna do Norte*, 15-4-33.)

(*) Francisco de Oliveira em seu livro *Elegia para uma Re(li)gião*, analisou com profundidade a questão da expansão do capitalismo no nordeste.

(**) A história das políticas de industrialização implementadas pela SUDENE não serão analisadas neste trabalho.

2.6.2 — Políticas de subsídios e industrialização

Após constatar, em viagem ao interior do Estado, a situação em que vive o povo, Aluizio Alves telegrafa ao Presidente da República afirmando que:

“Enquanto o Banco do Brasil antecipa o financiamento da safra algodoeira de São Paulo e o governo empenha alguns milhões de cruzeiros na política de sustentação de preços artificiais para o café, assiste, impassível, à destruição da agricultura e da pecuária nordestina e não cria meios para o desenvolvimento de nossa incipiente indústria mineral. Sem uma política que contemple esses setores, será inútil qualquer esforço dos agricultores, criadores e industriais nordestinos no sentido de reconstrução de nossa economia.” (ALVES, Aluizio. Natal — RN. *Tribuna do Norte*, 26-10-1958.)

Falando sobre a importância da Conferência Internacional de Investimentos para a Economia Nacional que ia se realizar em Belo Horizonte e tinha o patrocínio da Confederação Nacional da Indústria, o sociólogo Josué de Castro disse o que poderia advir para o Nordeste da visita do Senhor Lunardi, chefe da entidade máxima da indústria em nossa terra:

“O Nordeste é, por excelência, uma região faminta de capitais para a promoção do seu desenvolvimento agroindustrial. A sua economia subdesenvolvida necessita ser integrada no plano de expansão da economia nacional e isto só poderá ser feito através de uma coordenação de esforços. Cooperação de recursos dos homens que labutam no campo da produção: os industriais e os financistas do país. Portanto, vindo ao Nordeste, tomando um contato mais íntimo com os problemas e trocando impressões com personalidades e com os elementos da região, o Presidente da Confederação Nacional da Indústria poderá promover, no Sul do País, uma útil campanha promocional de desenvolvimento do Nordeste, através de investimentos compensadores.” (CASTRO, Josué de. “Nordeste tem fome de capitais”, opina Josué de Castro. Natal — RN, *A República*, 24-4-1958.)

Encontram-se nestas afirmações o espírito que orientou a criação da Sudene e as propostas por ela elaboradas, a partir de sua criação.

O Governador Dinarte Mariz, prestando contas de sua administração ao povo do Rio Grande do Norte, arrola suas realizações e seus planos para o Estado. Diz que a energia de Paulo Afonso se constitui numa alta aspiração e que sua concretização assinalará o início da redenção econômica do Rio Grande do Norte. Falando sobre a industrialização, informa que o Governo já havia implantado uma fábrica de gelo e aguardava a chegada de barcos pesqueiros vindos do Japão. Isto iria possibilitar o barateamento do produto para o consumo da população.

O Deputado Aluísio Alves, em discurso na Câmara Federal, reivindica dois instrumentos que segundo ele possibilitariam a recuperação do Nordeste: o Banco do Nordeste e a hidroelétrica do São Francisco. Com relação ao primeiro, solicita ao Presidente Getúlio Vargas sua efetiva instalação. No que se refere à hidroelétrica de São Francisco, solicita a inclusão do Rio Grande do Norte como área a ser beneficiada pela energia elétrica. Implantados estes dois instrumentos, poder-se-ia, segundo o Deputado, planejar uma política de reerguimento do Nordeste.

Tratando-se especificamente do Estado do Rio Grande do Norte, diz ele que o Banco do Nordeste e a energia elétrica irão possibilitar o desenvolvimento das indústrias química mineral e rural. (Cf. ALVES, Aluísio. "O drama do Nordeste — dois instrumentos de recuperação — apelo de três séculos". Discurso pronunciado na Câmara Federal, sessão de 25-3-1953. Natal — RN, *Tribuna do Norte*, 21-11-1953.)

Em matéria publicada em 5-5-1958, o jornal *A República* diz que "a situação nordestina não mudou desde o Governo de Epitácio Pessoa, embora tenham sido criados vistosos departamentos administrativos para realizar trabalho preventivo contra as estiagens nordestinas. Porém continua o flagelo, e o que é pior, continuam os flagelados, indivíduos que morrem de fome pela falta de trabalho, não obstante possuímos ainda terras boas e cultiváveis, nos vales úmidos, e matérias-primas de primeira ordem para a instalação de um parque industrial capaz de aproveitar a mão-de-obra relativamente barata e produtiva do homem nordestino". ("Ainda a seca". Natal — RN, *A República*, 5-5-1958.)

Observa-se, aqui, mais uma vez, a antecipação das propostas da Sudene, já se vislumbrando as possibilidades de uma industrialização possível, devido à existência de matéria-prima regional e mão-de-obra abundante e barata.

2.7 — Planos e propostas

São numerosos os planos e as propostas elaboradas para retirar o Nordeste do atraso econômico que o caracterizava. Planos e propostas que contemplam diversas dimensões da realidade: armazenamento d'água, irrigação, comunicação, reestruturação fundiária, educação, entre outros.

Pela compreensão de que estes planos são fundamentais para se entender a evolução econômica da região, a seguir serão transcritos alguns depoimentos que expressam as linhas básicas neles contidas:

"Pela construção de açudes, barragens, poços, pelo reflorestamento, pela construção de estradas, pela educação mais difundida e ampla capaz de dar uma nova visão de progresso ao povo desta região. E para que isto ocorra é preciso vontade, esforço,

dinheiro e tempo.” (DANTAS, Garibaldi. *O problema da água no Nordeste brasileiro*. 6.º Congresso de Geografia. Transcrito em *A República*, Natal — RN, 13-12-1919.)

“O Decreto de n.º 13.690, deste ano, concretiza do seguinte modo a orientação dos trabalhos a serem implementados no Nordeste: estudos das condições meteorológicas, geológicas e topográficas na região onde se manifestam as secas; cultura de essências florestais e plantas forrageiras em terras de açudes públicos; estradas de rodagem; perfuração de poços; estudos e construção de açudes; barragens e pontes; piscicultura, levantamento cartográfico, conservação e conclusão das obras que ficaram a cargo do Governo Federal; celebração de acordos. PESSOA, Epitácio. *O problema da seca*. Mensagem dirigida ao Congresso Nacional, *A República*, Natal — RN, 3-10-1919.)

Em relatório apresentado ao Senhor Chefe do Governo Provisório sobre a situação atual dos Estados do Norte, o Major Juarez Távora apresentou cinco medidas consideradas por ele fundamentais para resolver o problema das secas no Nordeste. Foram as seguintes:

“1.º) intensificar os serviços de construção de obras sistemáticas, incluídas no programa do IFOCS; 2.º) fornecer auxílio direto aos interventores dos Estados flagelados para que mandem executar com os mesmos obras de emergência fiscalizadas por aquela Inspetoria; 3.º) organizar, em cooperação com os Ministérios do Trabalho e Agricultura, colônias agrícolas em zonas adequadas do Piauí, Maranhão, para nelas localizar os emigrantes que não puderem ser aproveitados nos serviços da própria zona flagelada; 4.º) preparar as populações sertanejas para usufruírem, eficazmente, dos benefícios oriundos da açudagem e irrigação que lhes vão ser proporcionados, ministrando-lhes ensinamentos práticos de agricultura e pecuária, bem como noções elementares de previdência e economia sociais, em campos e estações experimentais; 5.º) criação de um fundo de reserva para um combate permanente às secas.” (TÁVORA, Juarez. *Atualidade do Norte*. *A República*, Natal — RN, 10-6-1932.)

A Associação Comercial de Fortaleza elaborou algumas sugestões com o objetivo de amenizar o sofrimento das populações residentes nas zonas flageladas. Entre outras, como a construção de rodovias, ferrovias, ela propõe:

“1.º) construir todas as barragens públicas e em cooperação que estiverem estudadas com seus respectivos canais de irrigação; 2.º) apressar, urgentemente, a legislação que diz respeito à eficiência de irrigação dos grandes açudes e iniciar a construção dos mesmos com a respectiva rede de canais; 3.º) execução imediata das Leis n.ºs 614, 1.004, 1.948 que concedem auxílios aos

criadores e agricultores e regulam a construção de barragens.”
(*Tribuna do Norte*, Natal — RN, 5-5-1951.)

Em exposição feita à Comissão do Polígono das Secas na Câmara dos Deputados Federais sobre a problemática da seca no Nordeste, o doutor Juvenal Lamartine fez as seguintes propostas:

“Urge levantar o nível econômico do Nordeste na paridade de outras regiões do país, multiplicar a sua produção agropecuária e garanti-la por meio de um sistema inteligente de irrigação, fazendo-a, depois, circular fácil, rápida e economicamente, por uma rede de transportes bem orientada e conservada porque a produção que não circula não é riqueza, é fartura. No meu Estado não há um só quilômetro de irrigação, com a circunstância de que à juzante do açude Cruzeta, de trinta e um milhões de metros cúbicos d’água e construído há mais de trinta anos, está localizada a estação experimental de fibra longa.” (LAMARTINE, Juvenal, *Problemas do Nordeste*. *Tribuna do Norte*, Natal — RN, 12-7-1951.)

Como se depreende dos depoimentos apresentados, não foi por falta de plano e de propostas que o Nordeste e a sua gente permaneceram (e permanecer) há décadas no atraso, na miséria e no abandono. Basta verificar, ainda hoje, as taxas de mortalidade infantil, o nível de desnutrição, o analfabetismo, as doenças endêmicas, o índice médio de vida útil, o nível de concentração de renda, o desemprego e o subemprego, para se avaliar os efeitos desses planos e propostas na transformação das estruturas econômico-político-sociais da região e os benefícios que trouxeram para seu povo.

3 — A SECA, O HOMEM E O FLAGELO

Fruto de uma situação política, econômica e social injusta. Excluído dos planos de recuperação que quase nunca se concretizam, e quando se concretizam não lhe trazem maiores benefícios. Explorado por inúmeros mecanismos engendrados por uma elite dominante, tacaña e usurária. Submetido aos caprichos dos poderosos e da natureza, quando a ciência já deu exemplos de poder e de conquistas em diversos campos. Acochado pela fome, pelas doenças, pelo analfabetismo, pela opressão, sem direitos e sem organização suficiente para reivindicá-los, eis o retrato do flagelado da seca, constituído num processo histórico que já perdura por quatro séculos. Assim é o homem do semi-árido, sujeito às secas e às estruturas injustas que agravam e marcam indelevelmente sua vida, que destroem seu *habitat* periodicamente, que destroçam sua família, que os expulsam de seus locais de trabalho, jogando-o nos descaminhos das estradas, no rumo quase sempre incerto das cidades, que dilaceram sua alma, seu ser, sua consciência.

Neste tópico do estudo serão apresentados depoimentos que procuram evidenciar as condições de vida e de trabalho do homem do campo que sofre as conseqüências das secas e das estruturas econômicas, políticas e culturais.

3.1 — *Condições de trabalho*

Pelas descrições a seguir expostas, constata-se que as condições de trabalho não diferem das condições de vida a que eram submetidos os flagelados nos períodos de seca:

“Vimos, nos vários trechos, o sacrifício dos homens que trabalham a tarefeiros, ganhando quatro cruzeiros por metro cúbico que cavam e algumas vezes terminam o dia com cinco ou seis cruzeiros de vales.

Vimos um velho atacado de emiplegia, cavando o que eles chamam cabeça de gato, e de onde no máximo conseguiria arrancar quatro cruzeiros por dia. Um outro, nesse mesmo trecho, com luxação no joelho, quatro filhos a alimentar, um barracão e um feitor para completar tudo que faz nascer o desespero.

Muitos dos cassacos ganham por metros cúbicos que cavam. O DNOCS tem uma classificação dos terrenos segundo a qual variam os preços. Ora, quem determina de que tipo é o material é justamente o tarefeiro, uma das partes, portanto, cuja vontade passa a ser arbitrária de tudo. Vimos moleiro duro ser cavado como terra boa por quatro cruzeiros. Outro problema é o da metragem que os tarefeiros fazem por cálculo semanalmente, descontando 20% para possíveis quebras quando fizerem a medição geral. Há ainda os vales que os barracões descontam com 20% de diferença." (PEREIRA, Cortez. "Pedimos a Vossência que diga ao governador para não nos deixar morrer de fome." *Tribuna do Norte*, Natal — RN, 26-8-1951.)

O Deputado Cortez Pereira, após fazer este relato, apresentou ainda alguns aspectos da condição subumana do trabalho do flagelado:

"Chamou-nos a atenção os lábios feridos de um velho, nosso conhecido de Santana do Matos. Contou-nos ter passado muitos dias ardendo em febre, vomitando, envenenado pela jabá do sul. Disse (o velho) que as vítimas ficam sem suportar, mesmo à distância, o mau cheiro da carne quando ferve no feijão. Levamos o fato ao conhecimento do Governador que mandou examinar a charque, sendo constatado que 50% estava deteriorada (...). Ainda no açude Alecrim vimos uma injustiça que temos o dever de apontar: homens velhos e doentes na 'diária' como os outros, ganhando menos, porque são velhos e doentes." (Id, *ibid.*)

Outra situação retratada pelos depoimentos diz respeito ao pagamento nas frentes de trabalho:

"O pagamento do pessoal que trabalha nos serviços de emergência neste Estado é feito sempre com grande atraso de dois e três meses, porque compreendendo o Distrito da Inspetoria de Obras Contra as Secas uma zona muito vasta de algumas centenas de quilômetros de extensão, os pagadores se esforçam para realizar com pontualidade os pagamentos que só conseguem efetuar meses depois de vencidos." (OBRAS contra as secas. *A República*, Natal — RN, 13-12-1932.)

No mesmo sentido, o Deputado Aluizio Alves, citando o industrial Jerônimo Câmara, afirma:

"Centenas de operários, há dez meses, recebiam seus pagamentos em 'vales', o comércio local esgotado com os fornecimentos, os barracões reduzidos ao charque, feijão e milho podres da Comissão de Abastecimento do Nordeste é o resultado da falta de pagamento nos prazos definidos aos flagelados." (ALVES, Aluizio. *A ameaça da seca de 53*. *Tribuna do Norte*, Natal — RN, 20-2-1953.)

Por último, o Senhor Francisco de Assis Gonçalves, repórter de *A Tribuna do Norte*, retratando a situação em que se encontravam as populações assoladas pela seca no distrito de Afonso Bezerra e na cidade de Angicos, conta que as frentes de trabalho abertas com a construção da estrada Residência—Santana do Matos não absorviam toda a mão-de-obra flagelada pela seca. (GONÇALVES, Francisco de Assis. *O Distrito de Afonso Bezerra nas conseqüências da seca*. *Tribuna do Norte*. Natal — RN, 18-3-1953.)

Como se pode inferir dos depoimentos transcritos, os flagelados eram submetidos à mais precária condição de trabalho.

O alimento era vendido a preços elevados e era de baixa qualidade. A água era escassa. O trabalho era executado sob a forma de tarefas. O tipo e a classificação do solo, bem como a sua metragem, eram feitas pelo tarefeiro. Os salários eram baixos e o pagamento sofria enormes atrasos. Era longa a distância entre o local de morada do flagelado e as frentes de trabalho. Somando-se a este elenco de dificuldades e de opressão impostas aos cassacos, havia, ainda, a falta de trabalho para todos os que dele precisavam.

3.2 — Condições de vida

Após permanecer durante dois meses no sertão do Rio Grande do Norte, o Senhor Juvenal Lamartine fez a seguinte constatação com relação à vida daquele povo:

“Quanto à pobreza, a situação ainda é mais precária: os gêneros de primeira necessidade encareceram de tal modo que hoje já são adquiridos por preços equivalentes aos que atingiram nos períodos mais agudos das secas passadas.

A dificuldade de transporte vai torná-los, dentro em breve, ainda mais caros, pela quase impossibilidade de conduzi-los do litoral ao sertão em animais, porque as estradas já agora estão sem pastagem e sem água para os cargueiros.” (LAMARTINE, Juvenal. *A seca no Rio Grande do Norte*. Natal — RN, *A República*, 20-5-1919.)

Na mesma linha, a assistente social Maria Cândida Mariz descreve a situação em que vive a população da cidade de Carnaúbas:

“O espetáculo a que assisti é verdadeiramente constrangedor. Oitenta por cento da população do município está vivendo em completa miséria. Não existe até agora nenhum serviço público. Até água está faltando para matar a sede dos infelizes. Toda aquela população flagelada está vivendo exclusivamente de xique-xique e fruta de carnaúba.

Decresce assustadoramente a frequência de crianças às escolas, pois sem roupa e ainda com o estômago vazio não é possível aprender a ler. Cerca de 5.000 chefes de família estão aguardando com fome as providências urgentes do Governo. Várias estradas e açudes já estão projetados sem qualquer providência para o seu início imediato.” (MARIZ, Maria Cândida. Entrevista. Natal — RN, *Tribuna do Norte*, 7-4-1953.)

A falta de trabalho, a inexistência de alimentos e de água, a completa desassistência à saúde do flagelado levavam-no a buscar alternativas que lhe permitissem sobreviver, alternativas estas verdadeiramente massacrantes, como se pode apreender dos depoimentos a seguir transcritos:

O senhor Artefio Bezerra que viveu as secas de 1898, 1904, 1915, 1919, 1932, 1935 e 1958, relata fatos fundamentais da vida do sertanejo:

“Vi naqueles anos, menino de lembrança afiada, gente morta pela fome e vi também muita gente aqui na minha terra inchada, sem feitio, porque se alimentava dias seguidos de raízes, batatas silvestres, completamente sem vitaminas.”

Reclamando dos dirigentes, ele diz que estes só conhecem as poltronas palacianas, não se preocupando com a vida dos flagelados porque:

“Eles nunca se alimentaram um só dia de feijão macassar, temperado com água e sal, xique-xique assado, macaxeira bravia, de pega-pinto, idem, de macambira agreste, cujo miolo ralado, lavado em muitas águas e bem cuidado, dá o cuscus da fome, da ‘cabeça de galo’ de juá, frutazinha silvestre que apanhada e espalhada cuidadosamente no sol reduz a sua polpa, tudo para servir de um arranjo alimentício ao faminto.” (BEZERRA, Artefio, Natal — RN, *Tribuna do Norte*, 22-11-1958.)

“Este município, como todo o Sertão, atravessa atualmente uma fase angustiosa, em consequência da tremenda seca que impiedosamente devasta o malfadado Nordeste.

Os gêneros de primeira necessidade estão por preços elevadíssimos e com tendência de ainda ficarem mais caros, dada a enorme dificuldade de transporte, tornando-se assim quase impossível de serem adquiridos pela pobreza. A falta absoluta d’água em muitos lugares, cujos moradores vêem-se forçados a procurar o precioso líquido a grandes distâncias, ainda mais aumenta o sofrimento.” (*Os Municípios* — Martins, Natal — RN, *A República*, 26-7-1919.)

Muitas famílias já abandonaram seus lares em demanda das cidades litorâneas, na esperança de encontrar lenitivo às suas misérias e dores.

A maioria do povo, torturada pelas agruras da fome, aguarda os socorros constitucionais solicitados desde o início do flagelo pelo benemérito

Governador do Estado. (*O homem flagelado*. Natal — RN, *A República*, 26-7-1919.)

Na mesma perspectiva, a *Tribuna do Norte* descreve, em 1953, a situação dos flagelados que trabalham no açude Trairi, do seguinte modo:

“Acontece, porém, que a área de serviço daquele açude não comporta número muito elevado de trabalhadores, e daí o refluxo de miseráveis flagelados, tontos de necessidade e desespero, procurando o povoado, enchendo a sua rua e estirando a mão em busca de qualquer migalha. Ali já se registraram várias vertigens de fome; crianças nuas e desabrigadas choram com os estômagos vazios; homens moços se lavam de suor ao terem a ventura de encontrar quem lhes dê um pouco mais de alimento. Aquela zona é das mais pobres de água que se conhece, e por via disso a sede também faz suas vítimas, castigando os da terra e os que aportam à cata de trabalho. Sem comer e sem beber, que podem fazer os nossos conterrâneos? Será que se resignam e se satisfazem ao menos com a escolha do lugar para morrer?” (*Fome e sede em Riacho*. Natal — RN, *Tribuna do Norte*, 2-4-1953.)

“Quando a chuva não chega a tempo no Sertão, o homem se irmana ao gado no sofrimento. O flagelado, nesse período, busca no mato bravio, onde a seca só respeitou as pedras e os cactus, o alimento indispensável.

O xique-xique, o mandacaru e o faxeiro são abatidos e comidos pelo sertanejo, que os transformam também em forragem para os animais.” (*O homem, o boi e a seca*. Natal — RN, *A República*, 21-3-1958.)

O Senhor Romildo Gurgel, em artigo publicado no jornal a *Tribuna do Norte*, em 1953, retrata a vida do sertanejo do seguinte modo:

“Até as juremas morrem esturricadas pela labareda do sol; o gado cai de fome e apodrece, sendo disputado pelos famintos e pelos urubus; o xique-xique se tornou o único alimento da população pobre e já agora os proprietários de terra poupam esta comida brava a fim de que os rebanhos de todo não sejam aniquilados.

Pelo que observamos, 98% da população do município de 20.000 almas está desocupada e passando fome. O comércio paralisou as atividades em virtude do desaparecimento do poder aquisitivo da população. Se não fosse a água que ainda resta no açude Alecrim, talvez Santana do Matos se transformasse numa cidade fantasma, sem habitantes.” (GURGEL, Romildo. *Retrato fiel da inclemência da seca*. Natal — RN, *Tribuna do Norte*, 4-3-1953.)

"Famílias inteiras da vila Catunda, Município de Santa Quitéria, estão procurando carniça para comer, pois o xique-xique e o mandacaru estão acabando. No mesmo local, as vítimas das secas pegam carneiros e cabritos, matam-nos e comem sua carne. Depois, temendo prisão, cozinham também os seus couros ensoçados." (*Acabou o xique-xique*. Natal — RN, enviado da *Tri-buna do Norte* à Fortaleza — CE, 8-3-1953.)

"Com a seca sofriam o homem e a criação de gado. A morte era o destino fatal. Para salvar ou reduzir as perdas com a mortandade do gado, os fazendeiros abatiam os animais e transformavam-nos em carne de sol, que depois de esturricada ao fogo era transformada em 'farinha de carne', que por sua vez era usada como sucedânea da farinha de mandioca." (GUERRA, Felipe. *As secas*. Natal — RN, *A República*, 17-5-1932.)

Estas são as condições de vida que historicamente vive o homem do Nordeste. Condições de vida que o perseguem e o deformam, na sua estrutura física, nos seus quadros culturais de ação, nos seus processos de sociabilidade. Enfim, definem sua vida e seu destino.

4 — A INDÚSTRIA DA SECA

São inúmeros os estudos existentes sobre a indústria da seca no Nordeste. Mas, o que significa esta indústria? — Indústria de natureza distinta, que nada produz, que nada transforma, que contribui decisivamente para que as mudanças não se efetivem? — Constitui-se no próprio contra-senso, ao contrário de um conceito e de uma realidade que se desenvolveu historicamente e que significou, para as sociedades, mudanças, transformações, progresso, produtividade, elaboração de novos produtos para o consumo humano, bem-estar para a civilização. A industrialização, no seu conceito clássico, significou maior domínio técnico do homem sobre a natureza, possibilitou a manipulação e controle dos meios disponíveis na sociedade pelo uso racional da tecnologia e da ciência. Concretizou, enfim, amplo domínio do homem sobre o universo.

A indústria da seca não tem este significado, é a própria expressão do retrocesso, da estagnação, do desvio dos bens coletivos; é o roubo, é a apropriação particular, por meios ilícitos, dos recursos e dos bens que deveriam ser investidos em função do bem-estar de uma região, de um povo que há séculos vive espoliado, faminto, doente, analfabeto, condenado a viver e a morrer sob o jugo de estruturas econômico-político-sociais, mantidas por uma elite autoritária, tacaña e egoísta. Essa indústria, a da seca, não se caracteriza pela aplicação dos conhecimentos científicos em função do bem-estar geral. Ela se destaca pelos artifícios usados no desvio de verbas, de alimentos destinados a uma gente que sofre as agruras do desemprego e da fome. Ela se verifica no atraso das verbas encaminhadas pelos poderes públicos para as zonas flageladas. Ela se evidencia na exploração dos miseráveis, flagelados, através da venda, por preços elevados, dos meios necessários à sua sobrevivência, pelos famosos barracões. Ela se dá pelos baixos preços pagos à força de trabalho dos cassacos, nos períodos da seca. Ela se destaca, ainda, pelas injustiças que pratica. Injustiças facilmente impostas pela ausência de organização dos flagelados e pela falta de consciência social dos que os exploram.

Os depoimentos a seguir apresentados expressam, com clareza, a realidade anteriormente descrita:

O jornal *Tribuna do Norte*, após retratar a situação em que vivem os flagelados da seca e solicitar programas assistenciais ao DNOCS, através da construção de estradas e outros, adverte para a exploração a que são submetidos:

“A exploração desonesta e infiel ao pobre sertanejo, extorquido pelos ‘industriais da seca’, esse grupo de demagogos que grita a toda hora e a todo instante pela liberação de verbas, numa falsa demonstração de pena e de dor.

Esse sentimentalismo, todavia, não nasce senão da idéia fixa de ganhar dinheiro através do sistema de trabalho que se adota e que propicia aos destranhados (sic) industriais, lucros pingues (sic) à custa da necessidade inicoercível dos atingidos pela estia-gem. Com a facilidade que levantam suas vozes, pedindo clemência, expremem os ganhos dos trabalhadores e lhes sugam o esforço através das tarefas, das empreitadas, dos barracões. Quando dominam pela ação política, determinam que os mais queridos, os mais chegados — quase sempre seus sócios — devem ser testas-de-ferro para receber pelos preços oficiais, subtraindo do verdadeiro merecido — o homem da seca — a pequena porção que desce, às vezes, a 40% do que realmente é pago pelos cofres públicos.

Por via disso é que há políticos de alta posição com recursos advindos dos serviços públicos suficientes para engendrar e realizar as mais stapafúrdias e custosas artimanhas políticas.” (*Sertanejos deserdados. Tribuna do Norte. Natal — RN, 1.º-3-1953. p. 3.*)

Já o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, ao discutir o atraso na liberação das verbas para o Nordeste pelo Governo Central, assim se manifesta:

“Não endosso todas as censuras que estão sendo argüídas contra o Senhor Horácio Lafer, quando retarda ou recusa o pagamento de dotações orçamentárias destinadas à região que se resolveu chamar o ‘Polígono das Secas’ (...). Se o Governo cria um serviço para o amparo dos flagelados, não há como justificar a demora ou a negação do pagamento de verbas que são indispensáveis para o funcionamento e o êxito desses serviços.

Mas, ao lado dessa situação justificada, pode haver outras de escasso interesse para o Nordeste e que não virão senão atender a objetivos puramente eleitorais, favorecendo chefes políticos de prestígio, não digo que se trate de obras de todo inúteis, mas acredito que nesses casos, o pagamento de tais verbas não terá nenhum efeito sensível sobre a situação geral.” (LIMA SOBRI-

NHO, Barbosa. *O desespero dos Nordestinos*. *Tribuna do Norte*. Natal — RN, 15-4-1953.)

Tratando, igualmente, da questão da liberação de verbas, o Deputado Aluízio Alves assim se manifestava:

“Houve ‘liberação’ de verbas; mas as verbas continuam ‘amarradas’. Os planos de emergência ainda estão na cabeça dos técnicos.

O Congresso cumpriu a sua tarefa, o Executivo limita-se a prometer e a faltar até agora (...) O Governo Federal não está cumprindo as promessas que fez ao País e o Nordeste já não pode suportar o jogo das promessas adiadas, das providências que não se concretizam, das verbas ‘liberadas’ aqui e que não seguem para lá, a mais alarmante manifestação de inépcia que a administração brasileira podia dar. Deputados e Senadores cansam-se diariamente na peregrinação pelos Ministérios, pelos Órgãos Técnicos, pela multiplicidade de repartições que constituem os chamados ‘canais competentes’. Recebem as mesmas informações, as promessas de que as medidas estão sendo tomadas, e do começo ao fim da semana não se consegue nada além da mímica do cumprimento do dever por parte de autoridades que não compreendem que, nesta hora, cada minuto perdido significa mais fome, mais desespero, menos vida.” (ALVES, Aluízio. *O Governo promete e não cumpre: treinam o Nordeste para uma convulsão*. *Tribuna do Norte*, Natal — RN, 12-4-1953.)

Outro aspecto tratado na temática “a indústria da seca” refere-se ao desvio de verbas, cujos depoimentos a seguir apresentados são categoricamente denunciadores.

O Governador Tavares de Lira é acusado pelo jornal *A República* de desvio dos dinheiros enviados em favor dos flagelados, no valor de setecentos contos de réis. Questiona o jornal se ele empregou este dinheiro na:

“organização de alguma colônia ou em terra fresca, em remédios ou abrigos para os sertanejos ou ao menos em asilo de menores, onde os pais que assim o quisessem deixassem os filhos até que pudessem regressar.

Mas o Governador empregou o dinheiro destinado aos flagelados em jardins, prédios e calçamentos na capital do Estado.” *Desvio de verbas*. *A República*, Natal — RN, 14-3-1919.)

“O Dr. Tavares de Lira ainda sente a azougar-lhe a consciência, a desumanidade com que tratou os famintos em 1905.

Tendo obtido do Governo da União centenas de contos de réis, em vez de enviá-los ao sertão onde o povo morria de fome,

empregou-os quase todos nesta capital, porque era preciso afor-moseá-la para nela colocar em pedestais e colunas de granito as estátuas e medalhões seus e dos seus parentes." (*Eles e a seca — desumanos e cruéis. A República*, 12-5-1919.)

O flagelado das secas, além de sofrer os rigores da fome, da falta d'água, da destruição de suas plantações e animais, também era submetido à exploração dos responsáveis pela assistência. Analise-se a seguinte denúncia:

"Não podemos deixar de denunciar destas colunas, levando ao conhecimento do Senhor Governador do Estado, as irregularidades que vêm ocorrendo no Município de Angicos, na distribuição de víveres aos flagelados da seca, que implicam exploração a que o Governo estadual não pode permanecer indiferente (...) O que é mais grave, porém, é que recebendo os víveres que lhe foram enviados para venda, a baixos preços, aos flagelados empregados naqueles trabalhos, o prefeito os depositou também em seu próprio estabelecimento comercial, no qual vinha e vem fornecendo aos trabalhadores, aos quais, por certo, faz pagamento com os descontos correspondentes." (*O Prefeito e os flagelados. A Tribuna do Norte*, Natal — RN, 10-5-1951.)

O Deputado Aluízio Alves estranha que o Presidente Getúlio Vargas tenha declarado em discurso que gastou no combate às secas, nos anos 1951-1952, dois milhões de cruzeiros. Em quê? Como? — Indaga ele.

"Estamos enviando ao Executivo um requerimento de informações para saber deste mistério. Ao Nordeste, chegaram, em parcelas tardias, alguns milhões de cruzeiros. Nunca, porém, poderiam somar as despesas até agora realizadas, dois milhões de cruzeiros. Nem mesmo com todas as trapalhadas feitas pela CAN (Comissão de Abastecimento do Nordeste), comprando aqui, a intermediários e em operações as mais suspeitas, gêneros que no Nordeste adquiriria mais barato, com a vantagem de não serem podres e apenas a desvantagem de não permitirem lucros ilícitos." (ALVES, Aluízio. *A ameaça da seca de 53. Tribuna do Norte*, Natal — RN, 20-2-1953.)

No mesmo sentido, o Deputado Juvenal Lamartine denuncia o retardamento na construção do açude Gargalheiras, que foi estudado e contratado em 1912, e 41 anos depois não tem sequer uma só pedra colocada no leito do rio, apesar de haver consumido algumas dezenas de milhares de contos de réis. "Agora mesmo, a folha de pagamento de seu pessoal atinge 80 contos de réis mensais, sem que se esteja abrindo sequer as cavas de fundações". (LAMARTINE, Juvenal. *O açude como elemento fixador da população sertaneja. Tribuna do Norte*, Natal — RN, 9-10-1953, p. 3.)

A indústria da seca se fazia também através da exploração dos flagelados pelos barracões. O Deputado José Xavier relata o conteúdo de uma

carta que recebeu dos Senhores João Paulino dos Santos e Inácio Lucas de Freitas sobre a exploração a que são submetidos pelos donos de barracões, em Santana do Matos. Eis o teor da carta:

“Na qualidade de trabalhadores nos serviços do açude Lajes e da estrada Itaretama em Angicos, vimos à presença de V. Ex.^a solicitar uma palavra de defesa da nossa angustiosa situação, denunciando aos poderes públicos a exploração vergonhosa que estão fazendo os barracões na venda de víveres aos infelizes que se vêem obrigados a neles se suprir.

Como é conhecido, o salário pago é ínfimo, cujo pagamento se faz demorado e daí a necessidade imperiosa em que fica o operário de recorrer ao barracão para a sua alimentação e de sua família. Aí o operário é roubado nos pesos e medidas, é roubado na mercadoria, muitas vezes de péssima qualidade e ainda assim por preços 40% mais caros do que são vendidos nas feiras e nos mercados locais (...). Os barracões são de propriedade dos políticos e dos protegidos destes, não havendo possibilidade de uma providência que modifique esse regime de escravidão.” (*A situação de Santana do Matos. Tribuna do Norte, Natal — RN, 1.º-9-1951.*)

Do mesmo modo, o Deputado Cortez Pereira faz severas denúncias dos barracões:

“Aparece o barracão como verdadeiro polvo envolvendo e acabando o pobre cassaco. É um grito só de protesto. Pelas estradas o nosso ‘jeep’ foi interrompido mais de uma vez por homens famintos, revoltados, que só faltavam chorar pedindo que fizéssemos alguma coisa. Estivemos no barracão que atende aos trabalhadores do trecho do Senhor Ari Alecrim, depois de recebermos a denúncia de que o feijão do Governo estava sendo vendido a quinze cruzeiros, quando devia ser a onze, e aí constatamos inicialmente a desobediência ao não afixar as tabelas de preços como preceitua o ofício dirigido pelo Senhor Adaauto Leitão a cada fornecedor que recebe gênero do Estado.” (PEREIRA, Cortez. *Pedimos a Vossência que diga ao Governo para não nos deixar morrer de fome. Tribuna do Norte, Natal — RN, 26-8-1951.*)

O Senhor Vivaldo Pereira denuncia a forma de pagamento aos flagelados da seca, através de vales ou da imposição de compras de mercadorias em barracões, precisasse ou não o flagelado das mercadorias.

Sendo esse o único meio de perceber seus salários, o operário, ao comprar a mercadoria de que não necessitava, vendia a terceiros com prejuízos de 25 a 40% (leite condensado, azeitona, ervilha e conservas eram vendidos nos barracões e os operários eram obrigados a comprar). (PEREIRA, Vivaldo. *Não é possível! Tribuna do Norte, Natal — RN, 7-4-1953.*)

5 — O PROCESSO DE MIGRAÇÃO

Este capítulo tem como objetivo compreender a questão migratória no Nordeste, notadamente nos períodos de seca¹

O princípio geral que notará a discussão desta problemática é o que considera as migrações no contexto de ocupação das terras do Nordeste, das formas de produção e da intervenção do Estado nos processos políticos e econômicos. Questões estas analisadas em capítulos anteriores. Nesse sentido, as migrações são vistas como um processo social, onde a unidade de análise não é o indivíduo, mas o grupo. As causas das migrações, nesta perspectiva, são as estruturas.

Analisando-se as estruturas econômicas no Nordeste, verifica-se a elevada concentração da riqueza, uma vez que as terras e as rendas estão concentradas em mãos de poucos. O poder político é área reservada a alguns poucos privilegiados, quase sempre ligados aos detentores do poder econômico. A desigualdade social e a dificuldade de acesso à cultura, por parte das populações que vivem no Nordeste, comprovam a inexistência de canais democráticos de acesso aos bens materiais e culturais da região.

As secas, pelo que se constatou no decorrer deste trabalho, constituíram-se sempre em fator de desestruturação do sertão nordestino, ou

1 É numerosa a bibliografia existente a respeito do assunto. A seguir, encontram-se relacionados alguns autores que tratam da questão:

LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Crise do Brasil arcaico*. São Paulo, Difusão Européia do livro, 1967, 192 p.

MATO, Manuel Andrés. Livro do êxodo no Brasil. *Cadernos do CEAS*. Salvador, jan./fev. 1980, nº 65.

CENTRO de estudos migratórios. As migrações no Brasil hoje. São Paulo, 26 jul. 1979. *Cadernos CEAS* (Salvador) jan./fev. 1980, nº 65.

MÜLLER, Geraldo. A velha senhora agrária e seus novos balangandãs. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, jan. 1985, nº 11.

SOUZA, Itamar de. *Migrações para Natal*. Natal — RN, UFRN, 1976, 104 p.

———. *Migrações internas no Brasil*. — Petrópolis, Natal — RN, Vozes, Fundação José Augusto, 1983, 142 p.

SOUZA, João Gonçalves de. *O Nordeste brasileiro: uma experiência de desenvolvimento regional*, FGV, 1979, 405 p.

TEÓFILO, Rodolfo. *A seca de 1915*. Fortaleza, UFC, 1980, 135 p.

seja, a seca leva à desorganização da economia no Nordeste e agrava a situação de vida dos sertanejos. Provocam profundo desequilíbrio financeiro nos municípios que neste período têm reduzidas, drasticamente, suas rendas e é obrigado a assumir encargos, cujas soluções estão inteiramente fora de seu alcance.

Esta situação de base é o que justifica as contínuas solicitações partidas das lideranças do interior, ao Governo estadual e este por sua vez, também, constando a redução de suas rendas e a impossibilidade de atender às inúmeras solicitações, encaminha-as ao Governo Federal, que é quem, embora com atraso e em proporções insuficientes, diante do flagelo que se apresenta, atende aos pedidos que a ele se dirigem.

É este o contexto que produz as migrações na região Nordeste do Brasil, que no período aqui analisado trazia graves conseqüências para os sujeitos nele envolvidos: 1.º, para o trabalhador rural que se via obrigado a abandonar seu *habitat* desfazer-se dos poucos bens que possuía e destruir todo um sistema de relações sociais, especialmente, familiar, e partir para tentar a vida noutra região, por ele desconhecida, onde vendia sua força de trabalho que era empregada em condições verdadeiramente desfavoráveis. Suas condições de vida e de trabalho nos Estados receptores das correntes migratórias, principalmente, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Amazonas, Pará e Acre, não diferiam ou até eram mais degradantes do que no local de origem. Para o flagelado não havia (e há?) saída; o sistema de exploração era implacável, seja nas frentes de emergência do Nordeste, ou nas fazendas do Sul, Sudeste, Centro Oeste e nos seringais da região amazônica.

Em segundo lugar, os processos migratórios preocupavam, também, os políticos e latifundiários do Nordeste. Como se aprenderá a partir dos depoimentos a seguir apresentados, eles tinham plena consciência de que a força-de-trabalho representada pelos flagelados se constituía num dos componentes fundamentais na produção da riqueza, bem como na posse e no domínio do poder político. Residia neste ponto uma profunda contradição entre as políticas migratórias propostas pelo Governo Federal e as exigências dos proprietários rurais do Nordeste. Estes propunham ao Governo que mantivesse os flagelados na sua própria região, oferecendo-lhes trabalho para que a economia regional não se ressentisse da mão-de-obra necessária nos períodos de bons invernos. Já o Governo Central, atendendo aos pedidos dos fazendeiros e de produtores de outras regiões, criava inúmeras facilidades para que os nordestinos migrassem. Com esses mecanismos, o Nordeste fornecia mão-de-obra para outras regiões e os governos livravam-se da assistência que deveriam prestar aos flagelados.

Os depoimentos, a seguir transcritos, fornecem importantes dados sobre esta questão, que será abordada nos seguintes aspectos; fatores que contribuem para as migrações e políticas migratórias.

5.1 — Políticas migratórias

As políticas migratórias, como já foi afirmado, trazem no seu bojo fortes contradições. Enquanto o Governo Central, para atender às necessidades dos fazendeiros do Sul e Sudeste, incentivava a migração para aquelas regiões, os latifundiários nordestinos denunciavam esta política, exigindo trabalho para que os flagelados aqui permanecessem, o que ao final de tudo só lhes trazia benefícios, como a própria retenção da mão-de-obra e sua exploração, além da geração de uma infra-estrutura necessária à manutenção da ordem e do poder econômico e político.

Existia no Rio Grande do Norte um departamento nacional de migração e comunicação, cujo presidente era o Senhor Emílio Cardoni, que tinha, entre outras atribuições, a missão de controlar o movimento dos flagelados que se destinavam a diversos pontos do País. Em reunião com a Comissão de Assistência aos flagelados solicitou apoio ao Dr. Rafael Fernandes para o bom desempenho de suas tarefas. Afirmando, em seguida, ter recebido ordem de embarque, para São Paulo, de cinquenta famílias, solicitava daquela comissão providências para que aquelas pessoas fossem localizadas e selecionadas, o mais breve possível, a fim de seguirem àquele destino. (Campanha de Assistência aos flagelados. *A República*. Natal-RN, 24 jun. 1919).

Em telegrama ao Prefeito de Mossoró, o ministro José Américo de Almeida informa ter dado ordem para a construção da estrada Mossoró-Assu, onde seriam empregados 8 mil homens:

“Estou organizando outros serviços para onde possa desviar parte da população daí. Só em último caso deveremos permitir deslocamento nossos patrícios, para casos especiais, fiscais autorizados requisitar passagens terceira classe Loyd e Costeira. Caso fosse avultado o número de pretendentes, poderia eu mandar mais um destes navios fazer escala por Areia Branca”. (Amparo aos flagelados. *A República*, Natal-RN, 12 maio 1932).

“Visando a evitar o deslocamento de trabalhadores sertanejos, desordenadamente, para a cidade de Natal, esta Delegacia Regional julga necessário evidenciar o seguinte: a) O recrutamento no interior do Estado será exclusivamente procedido pelos funcionários da Divisão de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura, com a assistência dos órgãos técnicos locais; b) somente depois de submetido à inspeção médica, por especialistas do Departamento de Saúde do Estado, serão encaminhados às cidades de Natal e Areia Branca os trabalhadores que devem embarcar para os postos de Belém e Manaus; c) não será admitida a interferência de intermediários particulares no recrutamento de trabalhadores e suas famílias.

Sem o exame médico e a autoridade dos funcionários da Agricultura, não terão abrigo e alimentação nos locais de embarque, por conta do Conselho de Migração e Colonização, os que pretendem colocação nos seringais do Pará, Amazonas e no Território do Acre, mediante contrato e proteção fiscalizada pelo Ministério do Trabalho” (Os Flagelados e o seu aproveitamento no Norte do País — um aviso da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho. *A República*, Natal-RN, 26 jul. 1942).

A emigração e somente a emigração para lugar previamente escolhido e determinado pelo Governo e onde o esforço empregado pelo braço trabalhador venha ter como resultado o bem-estar e a prosperidade será um meio de salvação desta pobre gente.

Para tão humanitário fim devia ser destinada uma grande extensão de terra, em lugar apropriado, num dos estados centrais, no Planalto de Goiás, por exemplo”. . . (Paulino, Alberto. Pelos municípios — Acari. A sorte dos flagelados. *A República*, Natal-RN, 6 abr. 1932).

O governador Moysés Lupion, com o apoio do Superintendente do Porto de Paranaguá e do presidente da Federação das Indústrias do Paraná, concordou com a transferência de flagelados nordestinos para o Norte daquele Estado. A alegação principal para a tomada de tal providência era que os nordestinos estavam sofrendo terrível seca que devastava todo o Nordeste brasileiro. (Paraná quer receber flagelados. *A República*, Natal-RN, 23 abr. 1958).

No que se refere às propostas que contrapunham às migrações, foram destacadas as seguintes descrições:

“Antes morrer no torrão pátrio do que abandoná-lo. Quem nasceu para a luta não teme a morte. Mil vezes morrer de fome na sua terra do que andar mendigando em estranhas plagas.

Queremos trabalho; queremos dinheiro; queremos serviços para nos garantirmos em futuras épocas. Queremos tudo, mas aqui, sem nos afastarmos do campo de nossa atividade.

Cortemos o Estado de estradas de ferro, de rodagem; aproveitemos o leito dos rios com barragens submersas, desobstruamos e levantemos barragens nas lagoas, como do Piató, em Assu; do Apanha-Peixe, do Brejo do Apodi; rasguemos as nossas terras com poços tubulares; concluamos as obras iniciadas; gastemos dinheiro até resolvermos o problema do Nordeste”. (Gurgel, Nizário. O clamor dos sertões. *A República*. Natal-RN, 24 abr. 1932).

Felipe Guerra posiciona-se frontalmente contra a emigração do nordestino da seguinte maneira:

“Dar trabalho e meio de subsistência, pelo menos durante a crise, àqueles que não encontram emprego e que por essa falta sofrem fome e toda sorte de privação, evitar a retirada para fora do Estado de pessoal válido, tão necessário a sua vida econômica e mais ainda preparar para breves dias o aumento de produção que virá concorrer para o abastecimento do mercado, tão desfalcado, seria meio mais eficaz, mais racional, mais conducente a debelar a crise, que incentivar as migrações”. (Guerra, Felipe. As secas. *A República*. Natal-RN, 1.º jun., 1932).

Do mesmo modo, o deputado Juvenal Lamartine discorda das políticas que promovem a saída do sertanejo para o Sul e propõe que:

“O Governo Federal em combinação com os Governos dos estados assolados, generalizam as obras de combate ao flagelo por todos os municípios do Estado, evitando o êxodo da população e aliviando os fazendeiros dos ônus dos empréstimos pecuários, cuja responsabilidade cabe em grande parte ao Banco do Brasil”. (Tribuna colhe impressões entre estudiosos do assunto. *Tribuna do Norte*, Natal-RN, 9 maio 1951).

Ratificando sua preocupação com o problema das migrações do Nordeste para o Norte e, especialmente, para o Centro Sul, Juvenal Lamartine diz coexistir com outras questões o grave despovoamento do Nordeste, despovoamento este que se fazia em função dos interesses da economia do Centro Sul, esclarecendo da seguinte maneira.

“A proposta do Ministro José Américo de Almeida, de combate às secas, era suficiente para dar trabalho ao pessoal mais necessitado da zona sertaneja, impedindo, deste modo, o despovoamento de nosso Estado, que está perdendo de maneira alarmante, a população moça e capaz de produzir. Essas migrações interessavam: 1.º) aos proprietários de caminhões que se encarregavam de alardear as vantagens que poderiam auferir os trabalhadores nos estados do Centro Sul e 2.º) aos proprietários, os fazendeiros, que recebiam ‘o rico plasma’ que lhes leva o brasileiro do Nordeste, o trabalhador sóbrio, resistente e pouco exigente”. (Lamartine, Juvenal. O reinício das obras contra a seca. *Tribuna do Norte*. Natal-RN, 21 out. 1953).

5.2 — Fatores que contribuem para as migrações

Segundo os estudiosos e interessados no processo de produção, no período aqui analisado, as migrações verificaram-se pelas seguintes razões:

“É necessário criar uma infra-estrutura de combate à seca, para evitar o pesadelo de ver, permanentemente, o êxodo de

populações do interior que morrem de miséria pelas estradas ou são abandonadas à ganância dos seringueiros da Amazônia, que as exploram como escravos protegidos pela lei". (Lamartine, Juvenal. A seca no R.G. do Norte. *A República*. Natal-RN, 20 maio 1919).

"A vida sertaneja acha-se completamente desarticulada e comprometido o futuro de todo o nosso trabalho econômico. Mas, o que é, na realidade, mais pungente e imediato é a situação desoladora em que se encontram as nossas populações do interior. Continua a retirada dos habitantes do Sertão, numa penúria contristadora, a fome assola os lares criando procissões de mendigos que enchem as estradas e as cidades. "Torna-se cada vez mais aflitiva a situação de nossas populações sertanejas." *A República*, Natal-RN, 10 set. 1942.)

O deputado Aluísio Alves, em discurso na Câmara Federal, faz uma descrição sobre o Nordeste e a vida do seu povo, especialmente do homem do campo do Semi-árido. Colocando o flagelado em seu contexto, ele relaciona sua vida com a natureza, mostrando a inexistência de água, denunciando as terras esturricadas e as matas desnudas sem qualquer possibilidade de obtenção de alimentos. Demonstrando ainda que os planos de emergência não chegam em tempo e a saída do homem, para não morrer com fome e com sede, é fugir pelas estradas empoeirentas, como rebanho sem rumo ou emigrar para as fazendas do Sul. Diz ainda que os governos federais não têm mostrado eficácia, produzindo mudanças que pudessem reter o homem à sua terra.

Continuando, informa ainda o deputado Aluísio Alves:

"estes três anos de seca apenas trazem a nu o insuportável processo de uma economia devastada. A crise do Nordeste precede à própria seca. Digo mais: a esta, resistiria mais uma vez o nordestino disputando com o gado, os cactus sobreviventes, comendo raízes, maniçoba, macambira e até besouros e lagartixas. Bebendo lama para enganar a sede. (Alves, Aluísio, *Tribuna do Norte*, 7 abr. 1953).

O Senhor Juvenal Lamartine diz que o despovoamento das regiões pobres de indústrias como o Nordeste tem como causas essenciais as grandes estiagens e a redução da produção agrícola. É conhecida a história das migrações de nordestinos para outras regiões do país.

"os nordestinos emigraram durante anos seguidos para as regiões amazônicas, subiam o grande rio, seus afluentes e igarapés, deixando assinalada a sua passagem com a ossada dos que morriam às centenas, e, embora não tenham enriquecido nem melhorado as condições econômicas, enriqueceram o Brasil com

na conquista do Acre. Esse movimento emigratório que ainda espera o seu historiador foi a mais desordenada e épica bandeira já registrada até hoje.

Em época posterior os nordestinos emigraram para o Sul, indo povoar as regiões frias dos Estados meridionais. O Governo que mantém custosas comissões na Europa a fim de encaminhar para o Brasil com grandes despesas e cercado de todas as garantias os imigrantes, muitas vezes de procedência duvidosa, deixa desprotegidos os nordestinos que se transportam um desconforto lamentável através de vários estados, até serem negociados como mercadoria barata, na zona dos cafezais do Paraná, à semelhança do que os traficantes de escravos fizeram com os africanos para a região dos canaviais do litoral brasileiro.

Falta à gente do Sertão, trabalho, alimento, o conforto do lar, meios para conservar a saúde, facilidade para a educação de seus filhos, crédito abundante e barato para produzir e meios de transporte fáceis que os aproximem dos grandes centros de consumo". (Lamartine, Juvenal, Vida rural. *Tribuna do Norte*. Natal-RN, 25 nov. 1953).

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Pinto de. *Nordeste: o drama das secas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983, 181 p.

CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960, 171 p.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos. *A seca do Nordeste e a mobilização dos trabalhadores rurais: a atuação dos sindicatos*. Cadernos do Ceas, Salvador, (79): 19-38, maio/jun., 1982.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS. *As migrações do Brasil hoje*. Cadernos do Ceas. Salvador, (65): jan./fev., 1980.

COELHO, Jorge. *As secas do Nordeste e a indústria das secas*.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Pela vida no Nordeste*. Cadernos do Ceas. Salvador, (91): 8-29, maio/jun., 1984.

CNBB Ne I, 38. *Os bispos do Ceará e o homem sofredor: a seca do Nordeste*. Vozes. Petrópolis (7): 518-25, set., 1983.

GARCIA, Carlos. *O que é Nordeste brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1984, 92 p.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Crise no Brasil arcaico*. São Paulo, Difusão européia do livro, 1967, 192 p.

MATO, Manuel Andrés. *Livro do êxodo no Brasil*. Cadernos do Ceas. Salvador, (65): jan./fev., 1980.

MÜLLER, Geraldo. *A velha senhora agrária e seus novos balagandãs. Novos estudos*. Cebrap. (11): jan., 1985.

SOUZA, Eloy de. *O calvário das secas*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, INL; Natal, Fundação José Augusto, 1983, 192 p.

SOUZA, João Gonçalves de. *O Nordeste brasileiro: uma experiência de desenvolvimento regional*. Fortaleza, BNB, 1979, 409 p.

SOUZA, Itamar de. *Migrações para Natal*. Natal, UFRN, 1976.

———. *Migrações internas no Brasil*. Petrópolis, Vozes; Natal, Fundação José Augusto, 1983, 142 p.

6 — CONCLUSÕES

O que ocorreu no Nordeste, neste século, ou mais precisamente no período aqui analisado, foram transformações na base material do sistema. Transformações consubstanciadas na geração ou criação de uma infra-estrutura econômica como: a construção de açudes, de poços, de barragens, de cisternas, enfim, as políticas de armazenamento d'água, como também os planos de irrigação; a construção dos meios de comunicação; as rodovias, as ferrovias, os portos e as linhas telegráficas; a criação de um sistema financeiro através do Banco do Nordeste; a produção de energia elétrica, representada pela construção da Hidroelétrica de São Francisco; o desenvolvimento de parques industrial, têxtil e outras.

Verificaram-se, igualmente, mudanças na estrutura política de mando, com o surgimento de uma burocracia, representada pela criação do IFOCS, em 1904, que, posteriormente, se transformou em IOCS, que em seguida recebeu a denominação de DNOCS. Estes órgãos estatais, compostos de um quadro administrativo, estabeleceram a intermediação entre o poder central, os políticos e os proprietários regionais, assim surgindo a atuação sistemática do Estado como elemento básico e definidor no encaminhamento das soluções propostas para o Nordeste.

Observam-se, também, mudanças no sistema cultural da região. Com a criação de escolas que ministravam ensinamentos a respeito das modernas técnicas de produção agrícola e do conhecimento dos aspectos hidrográficos, topográficos, florestais da região etc.

A orientação e o encaminhamento destas transformações têm o objetivo de estabelecer a integração estadual, intra-regional e com o centro dinâmico da economia nacional, especialmente o Centro-Sul.

Estas são as conclusões básicas deste trabalho. Entretanto, as mudanças ocorridas no contexto sócio-econômico-político-cultural da região excluem a massa de trabalhadores rurais e os pequenos produtores dos benefícios por elas acarretadas. Concorde-se que houve um efetivo processo de modernização dos meios de produção na região, sem, contudo, possibilitar uma dinâmica econômico-político-cultural que contemplasse o conjunto da sociedade nordestina.



F000107